



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

**REFERENTE AOS TRABALHOS DA 4.^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 6.^a LEGISLATURA,
DE 31 DE MARÇO A 30 DE NOVEMBRO DE 1970,
APRESENTADO NO ATO DE SEU ENCERRAMENTO
PELO PRESIDENTE,**

Senador João Cleofas

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

BRASÍLIA — 1970



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

referente aos trabalhos da 4a. sessão
legislativa ordinária da 6a. legisla-
tura, de 31 de março a 30 de novem-
bro de 1970, apresentado no ato de
seu encerramento pelo Presidente,

Senador JOÃO CLEOFAS

INDICE DO RELATÓRIO DE 1970

- I - Introdução
- II - O Senado Federal na quarta Sessão Legislativa Ordinária da Sexta Legislatura.
 - A - Trabalhos preliminares
 - B - Instalação da Sessão Legislativa
 - C - Comissões Permanentes
 - C.1. - Composição
 - C.2 - Funcionamento
 - D - Comissões Especiais Externas
 - E - O Senado em sua composição
 - E.1 - Afastamento para o exercício de outras funções
 - E.2 - Vagas
 - F - O Senado em funcionamento
 - F.1 - Das Sessões
 - F.2 - Das Homenagens
 - F.3 - Dos Serviços Auxiliares
 - F.3.1 - Direção-Geral da Secretaria
 - F.3.2 - Secretaria-Geral da Presidência
 - F.3.3 - Vice-Diretorias-Gerais:
 - F.3.3.1 - Administrativa
 - F.3.3.2 - Legislativa
 - F.3.4 - Diretorias:
 - F.3.4.1 - Arquivo
 - F.3.4.2 - Assessoria
 - F.3.4.3 - Ata
 - F.3.4.4 - Biblioteca
 - F.3.4.5 - Comissões
 - F.3.4.6 - Contabilidade
 - F.3.4.7 - Expediente
 - F.3.4.8 - Informação Legislativa
 - F.3.4.9 - Patrimônio
 - F.3.4.10 - Pessoal
 - F.3.4.11 - Publicações
 - F.3.4.12 - Taquigrafia
 - F.3.5 - Serviços:
 - F.3.5.1 - Gráfico
 - F.3.5.2 - Médico
 - F.3.5.3 - Radiodifusão
 - F.3.5.4 - Seleção de Pessoal e Assistência Social
 - F.3.5.5 - Telex
 - G - Trabalho Legislativo Realizado
 - G.1 - Projetos de Lei do Senado em Curso
 - G.2 - Projetos de Lei do Senado Apreciados pela Câmara dos Deputados

- G-3 - Pronunciamento do Senado sôbre emendas da Câmara dos Deputados
 - G-4 - Projetos de Lei da Câmara em Curso
 - G-5 - Emendas do Senado apreciadas pela Câmara dos Deputados
 - G-6 - Projetos de Decreto Legislativo em curso
 - H - Projetos de Lei Encaminhados à Sanção
 - H-1 - Sancionados
 - H-2 - Vetos Presidenciais
 - H-3 - Principais Leis Ultimadas
 - I - Projetos de Resolução em Curso
 - J - Requerimentos
 - K - Competência privativa do Senado quanto ao pronunciamento sôbre nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência
 - L - Administração Interna
 - M - O Senado em suas relações com outros órgãos
 - M-1 - Elementos de ligação
 - M-2 - Jornalistas Credenciados
 - N - Assuntos pertinentes aos Senadores
 - N-1 - Participação nos trabalhos da Casa
- III - O CONGRESSO NACIONAL
- O - Sessões Conjuntas
 - P - Proposições com tramitação em conjunto
 - P-1 - Projetos de Lei de Iniciativa do Senhor Presidente da República
 - P-2 - Projeto de Resolução do Congresso Nacional
 - P-3 - Projeto de Lei Orçamentária
 - P-4 - Projetos de Decreto Legislativo
 - Q - Comissões Mistas
 - Q-1-- Constituídas nesta Sessão Legislativa
 - Q-2 - Designadas na Sessão Legislativa anterior e que desempenharam suas funções nesta Sessão Legislativa
- IV - PALAVRAS FINAIS

I — INTRODUÇÃO

I - INTRODUÇÃO

Emendada em outubro de 1969, a Carta Constitucional teve a aplicação prática dos seus dispositivos referentes ao Poder Legislativo no correr deste ano, durante o qual teve a honra de ocupar a Presidência do Congresso Nacional e do Senado da República. Tornou-se 1970, portanto, o ano de experimentação das novas disposições constitucionais.

Com esse objetivo, a Comissão Diretora do Senado submeteu à deliberação do Congresso, através do Projeto de Resolução nº 1/70 (CN), o novo texto do Regimento Comum, fixando normas para a apreciação dos Decretos-leis baixados pelo Presidente da República e das impugnações do Tribunal de Contas, alterando o processo de votação das matérias vetadas, e introduzindo novas disposições que a prática aconselhava como necessárias e, acima de tudo, regulando a tramitação da Proposta Orçamentária Geral da União. O novo texto Constitucional determinando a apreciação da Proposta através de Comissão Mista e votação conjunta pelas duas Casas impunha a fixação de novos critérios que foram devidamente regulados no Regimento Comum aprovado.

Impunha-se, também, a reformulação e consolidação do Regimento Interno do Senado, uma vez que o existente datava de 1959 e vinha sendo modificado através de inúmeros projetos de resolução. Com esses objetivos, votou-se o novo Regimento, que resultou de substitutivo, oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça a Projeto de Resolução de iniciativa da Comissão Diretora.

Além da necessária adaptação ao texto Constitucional, adotou-se, na reformulação do Regimento Interno do Senado, nova e mais esquemática apresentação das matérias com desdobramento de vários capítulos, o que, além de facilitar sua consulta, tornou expressas normas e inovações aconselhadas pela prática. Entre as disposições introduzidas, devemos ressaltar aquelas de competência privativa do Senado, quais sejam: a apreciação de matérias de interesse do Distrito Federal; fixação das alíquotas dos impostos da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, incidentes sobre transmissão de bens imóveis e sobre operações relativas à circulação de mercadorias; fixação de limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios; estabelecimento e alteração de limites de prazos das obrigações emitidas pelos Estados e Municípios e, ainda, a proibição ou limitação, temporária, da emissão e lançamento de obrigações dos Estados e Municípios. Além disto, promoveu-se o agrupamento ou fusão de algumas Comissões permanentes de atividades mais resumidas as quais poderiam ser executadas por outras Comissões de atribuições praticamente análogas.

Fixou, ainda, o novo Regimento Interno, as normas a serem observadas na tramitação dos Projetos de Código e na proposta de Delegação Legislativa, e regulou, também, a participação de Ministro de Estado na discussão de matérias de interesse de seu Ministério.

A presente sessão legislativa caracterizou-se, portanto, pela experimentação das novas disposições constitucionais e regimentais.

Ano eleitoral, quando teve a Câmara dos Deputados submetida à renovação integral e o Senado a dois terços da sua representação, o Congresso Nacional não se descuidou de desenvolver a maior atividade possível nas suas atribuições Constitucionais.

Quanto ao Senado, especificamente, no correr deste Relatório, encontrarão os Senhores Senadores as estatísticas pormenorizadas dos seus trabalhos, das suas realizações, tanto na parte Legislativa como na Administrativa, sendo que, nesta última, iniciativas do maior vulto foram tomadas com a ampliação das oficinas gráficas e para aparelhar o Palácio do Congresso com um novo anexo, onde se localizarão as lideranças tanto do Senado quanto da Câmara, preservando-se desta maneira a pureza das linhas originais do projeto arquitetônico do Sr. Oscar Niemeyer, principalmente na parte dos salões que ainda hoje estão divididos, de maneira improvisada, em pequenos gabinetes.

Houve, também, no que respeita aos planos para habitações dos Senadores e funcionários a preocupação da Mesa do Senado em levar avante, a construção de blocos de apartamentos e casas, de modo a resolver definitivamente o problema da moradia dos Senadores esperados no próximo ano, por força das eleições, e de funcionários, ainda sem habitação condigna com a sua posição.

Podemos afirmar, finalmente, sem nenhuma restrição, que os trabalhos do Congresso transcorreram sem nenhum hiato, não só na efetivação de suas tarefas legislativas completadas com a elaboração Presidencial e da Câmara dos Deputados, como também, nas inerentes à competência privativa do Senado.

PROBLEMA DE MORADIA

O problema da moradia para os Senadores exigia uma solução definitiva. Preocupou-se a Presidência em solucioná-lo do modo mais rápido possível, como na realidade fez.

A Câmara dos Deputados fizera construir, em várias oportunidades, alguns blocos de apartamentos, os quais em sua quase totalidade foram vendidos. Apenas uma parte reduzida ficou sob regime de ocupação, pelos Deputados, durante o período dos seus mandatos.

O Senado preferiu adotar a solução de destinar a totalidade dos apartamentos para moradia dos Senadores, durante o período de seus mandatos.

Dentro desse critério foi aprovado pela Comissão Diretora, em reunião de 3 de abril de 1970, a construção de 72 apartamentos na SOS 309, projeções 3, 10 e 11, para residência definitiva dos Senadores.

A construção está sendo realizada através de

convênio celebrado, a 4 de abril de 1970, com a Caixa Econômica Federal e já se encontra na fase de alvenaria e acabamento.

Foi possível dar essa aceleração aos trabalhos em virtude de terem sido adotados o projeto e as especificações utilizadas pela Câmara, na SOS III.

Desta forma, espera esta Presidência que em março próximo os Senadores possam alojar-se nos novos apartamentos, com o que o Senado não será mais onerado com o pagamento de hospedagem no Hotel Nacional para os novos Senadores.

Com relação às residências de funcionários, o mesmo convênio com a Caixa Econômica estabelece a construção de 2 blocos. As providências para o início das obras estão sendo ultimadas, prevendo-se o imediato início de 2 blocos nas SOS 309 e 210.

PROBLEMA DE ESPAÇO - ANEXOS II e III

Logo após a construção do edifício do Congresso Nacional, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer um edifício anexo, comum ao Senado e à Câmara, destinado a melhor atender às necessidades das Comissões Técnicas. Em 29 de novembro de 1968 foi assinado um convênio entre as duas Casas do Legislativo e a NOVACAP para construção do referido anexo. Este convênio não pôde ser efetivado em virtude do recesso do Poder Legislativo. Foi, entretanto, renovado por iniciativa desta Presidência, através de um aditivo, assinado em 16 de abril de 1970. As obras, com menos de 4 meses de presseguimento, já estão na última laje, prevendo-se seu término para o início do próximo ano.

Paralelamente, a Comissão Diretora decidiu construir o Anexo II, destinado a Gabinetes dos Senhores Senadores, Salas de Reunião das Comissões, Assessoria Legislativa, Diretoria de Comissões, Biblioteca, Arquivo e Ata, além de garagem no sub-solo para 450 carros.

Realizada a concorrência respectiva, da qual foi vencedora a firma ECEL, já se encontra iniciada a construção, sendo que foi executado o movimento de terra e o canteiro de obras.

Este edifício que terá uma área útil construída de 30.000 m² solucionará, de modo mais completo e definitivo, o enorme problema de espaço apropriado ao funcionamento do Senado Federal.

GRÁFICA

Decidiu, ainda, a Comissão Diretora, terminar as obras do Serviço Gráfico, não só pela necessidade de ampliação de suas instalações como pela urgência de se

pôr em funcionamento es 2 geradores de 600 HP, encomendados na administração anterior e entregues no mês de agosto e que tornarão o Senado auto-suficiente em energia elétrica.

Está sendo, construído além disto, em fase bastante adiantada, restaurante destinado a atender todo o pessoal do Serviço Gráfico que vinha utilizando, até agora, as mais precárias e impróprias instalações.

RECURSOS FINANCEIROS

Para a realização de tôdas estas obras, a Comissão Diretora utilizou a dotação orçamentária de 1970, acrescida de um crédito suplementar de Cr.º 10.000.000,00, aberto para êsse fim, utilizando redução da mesma quantia em várias outras dotações e parte dos recursos próprios..... (Art. 403 do Regimento Interno). Deixo, portanto, já empenhados todos os recursos necessários ao seu término, estando a dotação orçamentária do próximo exercício descomprometida, para ser utilizada nos projetos necessários, pela futura Comissão Diretora. O montante de recursos aplicados sobre a Cr.º 50.400.000,00.

O quadro abaixo mostra o total de recursos a serem empregados até o final:

Recursos orçamentários (1970).....	14.900.000,00
Crédito suplementar (Decreto 67.476/70)....	10.000.000,00
Recursos próprios (Art. 403-RI).....	25.500.000,00
TOTAL...	50.400.000,00

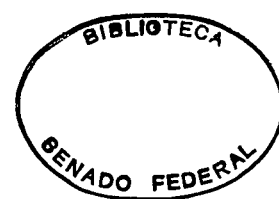
Êstes recursos já ficarão empenhados. Com isto, resta à disposição da próxima Comissão Diretora, além do total do Orçamento de 1971 (Cr.º. 81.950.000,00), mais Cr.º. 8.500.000,00 de recursos próprios.

Finalmente, preocupado com a modernização da administração do Senado, determinou esta Presidência a realização de estudos de viabilidade da implantação de um centro de processamento de dados no Senado, o qual dará maior eficiência ao sistema de Informação Legislativa existente, além de suprir quase tôdas as tarefas administrativas.

Êste estudo deverá estar pronto até janeiro próximo.

II—O SENADO FEDERAL

NA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA SEXTA LEGISLATURA



TRABALHOS PRELIMINARES

Reuniões Preparatórias
Constituição da Mesa

A - TRABALHOS PRELIMINARES

Duas reuniões preparatórias foram levadas a efeito no dia 30 de março.

Na primeira reunião, às 10 horas, procedeu-se à escolha do Presidente, e na segunda, às 15 horas, à dos demais membros da Mesa, que ficou assim constituída:

Presidente:	João Cleofas (Arena-PE)
1º Vice-Presidente:	Wilson Gonçalves (Arena-CE)
2º Vice-Presidente:	Lino de Mattos (MDB-SP)
1º Secretário:	Fernando Corrêa (ARENA-MT)
2º Secretário:	Edmundo Levi (MDB-AM)
3º Secretário:	Paulo Torres (ARENA-RJ)
4º Secretário:	Manoel Villaça (ARENA-RN)
1º Suplente:	Sebastião Archer (MDB-MA)
2º Suplente:	Sigefredo Pacheco (ARENA-PI)
3º Suplente:	Domício Gondin (ARENA-PB)
4º Suplente:	José Feliciano (ARENA-GO)

INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

B - INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em sessão solene, às quinze horas do dia 31 de março, a que estiveram presentes altas autoridades civis e militares e membros do Corpo Diplomático, instalou-se a quarta sessão legislativa ordinária, da sexta legislatura, sob a presidência do senhor Senador João Cleofas, Presidente do Senado Federal.

Na oportunidade, compareceu o Sr. Professor João Leitão de Abreu, Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, que fez entrega da Mensagem pela qual o Sr. Presidente da República dava conhecimento, ao Congresso Nacional, dos principais fatos da sua administração no ano anterior.

COMISSÕES

Permanentes

Especiais

Parlamentares de Inquérito

COMISSÕES PERMANENTES

C - COMISSÕES PERMANENTES

C. 1 - COMPOSIÇÃO

Na sessão de 2 de abril as Lideranças entregaram à Mesa, na forma do disposto no art. 73, § 1º, do Regimento Interno, as listas dos membros das respectivas bancadas escolhidos para apresentá-las nas Comissões Permanentes, como Titulares e Suplentes.

Pelo sufrágio dos seus pares, foram escolhidos para os postos de direção, os Senadores a seguir indicados:.

<u>Comissão</u>	<u>Presidente</u>	<u>Vice-Presidente</u>
de Agricultura	Flávio Brito	Attílio Fontana
de Ajustes Internacionais e de Legislação sobre Energia Atômica	Nogueira da Gama	Teotônio Vilela
de Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio	Arnon de Melo	Aurélio Vianna
de Constituição e Justiça	Petrônio Portella	Antônio Carlos
do Distrito Federal	Dinarte Mariz	Adalberto Sena
de Economia	Mem de Sá	José Ermírio
de Educação e Cultura	Eurico Rezende	Guido Mondin
dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento	Moura Andrade	José Cândido
de Finanças	Argemiro de Figueiredo	Carvalho Pinto
de Indústria e Comércio	José Ermírio	Íludio Leite
de Legislação Social	Adolpho Franco	Mello Braga
de Minas e Energia	Josaphat Marinho	José Leite
do Polígono das Sêcas	Ruy Carneiro	Duarte Filho
de Projetos do Executivo	Daniel Krieger	Waldemar Alcântara
de Redação	Benedicto Valladares	Antônio Carlos
de Relações Exteriores	Gilberto Marinho	Pessoa de Queiroz
de Saúde	Cattete Pinheiro	Raul Giuberti
de Segurança Nacional	Victorino Freire	Oscar Passos
de Serviço Público Civil	Carlos Lindenberg	José Guimard
de Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Celso Ramos	Vasconcelos Tôrres
de Valorização da Amazônia.	Clodomir Millet	Milton Trindade.

C.2 - FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES

Os dados estatísticos mostram a intensidade que tiveram os trabalhos das Comissões Permanentes:

COMISSÕES	REUNIÕES		PARECERES	OFÍCIOS	
	Ord.	Ext.		Expedidos	Recebidos
Agricultura	11	2	14	29	12
Ajustes Internacionais e de Legislação sobre Energia Atômica	-	1	-	2	4
Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio	-	-	-	-	-
Constituição e Justiça	5	29	202	26	10
Distrito Federal	1	8	9	11	7
Economia	10	6	41	5	2
Educação e Cultura	8	1	16	5	9
Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento	-	12	18	-	-
Finanças	30	7	160	30	21
Indústria e Comércio	5	2	10	-	-
Legislação Social	12	8	40	325	8
Minas e Energia	8	-	8	5	-
Polígono das Sêcas	2	-	1	6	10
Projetos do Executivo	8	7	21	6	7
Redação	12	48	153	1	-
Relações Exteriores	11	20	21	13	27
Saúde	12	-	13	31	15
Segurança Nacional	5	2	11	-	-
Serviço Público Civil	4	2	6	6	4
Transportes Comunicações e Obras Públicas	1	8	9	4	4
Valorização da Amazônia	4	-	3	-	-

Discriminação quanto às proposições:

COMISSÕES

	PROJETOS			Emendas	Subemendas	Substi tutivo
	Relatados	Apresen tados	Em diligen cia			
Agricultura	14	-	-	2	-	-
Ajustes Internacionais e de Legislação sô- bre Energia Atômica	1	-	-	-	-	-
Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio	-	-	-	-	-	-
Constituição e Justiça	220	27	28	10	3	4
Distrito Federal	9	1	1	32	4	3
Economia	41	-	6	3	-	1
Educação e Cultura	16	-	8	-	-	2
Estados para Alienação e Concessão de Ter- ras Públicas e Povoamento	18	-	-	-	-	-
Finanças	160	10	4	10	9	8
Indústria e Comércio	10	-	2	-	-	-
Legislação Social	40	1	11	3	-	-
Minas e Energia	8	-	-	-	-	-
Polígono das Secas	1	-	-	-	-	-
Projetos do Executivo	21	-	-	9	1	2
Redação	153	-	-	-	-	-
Relações Exteriores	21	-	-	-	-	-
Saúde	13	-	2	-	-	1
Segurança Nacional	11	-	-	-	-	-
Serviço Público Civil	6	-	1	1*	2	1
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	9	-	1	-	-	-
Valorização da Amazônia	3	-	-	-	-	-

COMISSÕES ESPECIAIS

Internas

Externas

D - COMISSÕES ESPECIAIS EXTERNAS

Houve designação das seguintes:

<u>FINALIDADE</u>	<u>MEMBROS</u>
Representar o Senado nas solenidades de inauguração da Usina Hidroelétrica de Boa Esperança e da pavimentação da estrada São Luis - Teresina.	Petrônio Portella Clodomir Millet Sigefredo Pacheco Bezerra Neto
Representar o Senado nas comemorações do 3º Congresso Nacional do Café, em Poços de Caldas, MG, dia 8 de abril, às 10 horas.	Flávio Brito
Representar o Senado no VIII Congresso Eucarístico Nacional a realizar-se em Brasília, de 27 a 31 de maio de 1970.	Petrônio Portella Vasconcelos Tôrres Guido Mondin Ruy Carneiro
Representar o Senado nos funerais do ex-Deputado Tarcísio Vieira de Mello falecido inesperadamente no Rio, Guanabara.	Adolpho Franco Adalberto Sena
Representar o Senado na entrega do título de CIDADÃO HONORÁRIO de Campos Mourão, a Sua. Exa. Rvma. D. Elizeu Simões Mendes, D.D. Bispo Diocesano, a realizar-se no dia 25/4 às 14 hs, naquela cidade.	Manoel Villaça Dinarte Mariz Duarte Filho
Representar o Senado nas Exposições seguintes: 36a. Exposição Feira Agro-Pecuária em Uberaba, MG, e 12a. Exposição Nacional de Gado Zebú em Barretos-SP, e 19a. Exposição de Animais e Produtos Derivados, que se realizarão em Uberaba-MG, de 3 a 10 de maio de 1970.	Lino de Matos Flávio Brito
Participar da Delegação do Brasil à 54a. Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra de 3 a 25.6.70.	Flávio Brito
Representar o Senado no XIV Congresso Estadual de Municípios promovido pela Associação Paulista de Municípios na cidade de Serra Negra- SP, de 1º a 5.6.70.	Lino de Matos
Representar o Senado no III Encontro Nacional das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, a realizar-se em Brasília nos dias 22 a 26 de junho de 1970.	Raul Giuberti Cattete Pinheiro Bezerra Neto

FINALIDADE

Representar o Senado, na recepção, no Aeroporto de Brasília, a Seleção Brasileira que participou da Copa do Mundo.

Representar o Senado no II Curso Superior de Polícia.

Visitar o Nordeste e conhecer das providências que estão sendo tomadas pelo Governo em socorro das zonas atingidas pelas secas.

Representar o Senado nos festejos comemorativos do aniversário da fundação da cidade de Campo Grande, Mato Grosso a realizar-se de 24 a 31 de julho de 1970.

Representar o Senado no Forum de debates sobre o uso de tráfico de substâncias tóxicas ou que causam dependência física ou psíquica, a se realizar no RS nos dias 22, 23 e 24.9.70.

Representar o Senado nas homenagens que serão prestadas à memória do ex-Senador Heribaldo Vieira

Representar o Senado na 58a. Conferência Interparlamentar a realizar-se em Haia, Holanda, no período de 30 de setembro a 9 de outubro do corrente ano.

MEMBROS

Bezerra Neto
Adalberto Sena
Cattete Pinheiro
Sigefredo Pacheco
Petrônio Portella

Antonio Carlos

Petrônio Portella
Wilson Gonçalves
Argemiro de Figueirêdo
José Ermírio
João Cleofas

Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto

Guido Mondin

Leandro Maciel
José Leite
Julio Leite

Sigefredo Pacheco
Manoel Villaça
Mem de Sá
Raul Giubertti
Victorino Freire
Bezerra Neto
Ruy Carneiro

E.1. AFASTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE OUTRAS FUNÇÕES

Está afastado do exercício do mandato de Senador pelo Estado do Pará o Sr. Senador Jarbas Passarinho, no desempenho do cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social, a partir do dia 15 de março de 1967, data em que foi empossado no referido cargo.

E. 2 - VAGAS

O inesperado falecimento do ilustre Senador Aloysio de Carvalho Filho, em março, foi a nota triste de nossas atividades neste ano que ora se encerra.

Perdeu o Senado um dos seus membros mais eminentes, um dos seus valores mais marcantes, pela cultura invulgar, talento polimorfo, firmeza de caráter e inexcedível bondade.

Rigoroso consigo e com as leis, vigilante impávido dos princípios éticos e morais, Aloysio de Carvalho era uma personalidade forte, imponente e imbatível nas lutas que se lhe ofereciam e a que nunca fugiu.

Jurista emérito, humanista, filósofo, distribuiu a mancheias, na cátedra, na imprensa e na tribuna parlamentar, ensinamentos valiosos que enriqueceram sobremodo o patrimônio cultural do Brasil. E a tantas virtudes, e a tantos talentos, juntava a sua tranquilidade de verdadeiro sábio, a inata modéstia e a humana compreensão dos homens e das coisas.

Combatente vigoroso na oratória e no manejar da pena, quando na defesa de suas convicções liberais, era seguro e calmo, no empenhar a bandeira do seu idealismo puro, cimentado na sua trabalhosa e infatigável existência, toda dedicada ao Brasil.

Aloysio de Carvalho era um bom, um justo, um excelente amigo de todos nós; e o Senado da República tem particular motivo para lamentar a sua perda, registrada, aqui, nesta página de saudade.

O SENADO EM FUNCIONAMENTO

DAS SESSÕES

F - O SENADO EM FUNCIONAMENTO

F.1 - DAS SESSÕES

Realizaram-se 173 sessões, sendo

139 ordinárias,

32 extraordinárias, e

2 preparatórias.

Transformaram-se em secretas 12 sessões.

Foi levantada uma sessão, em virtude do falecimento do Deputado Gonzaga da Gama.

Deixaram de realizar-se 29 sessões, sendo:

3 em virtude de requerimento;

3 por coincidência com sessões do Congresso;

23 por falta de número.

Realizaram-se 4 sessões especiais nos seguintes dias:

2.4 - reverenciar a memória do Senador Aloysio de Carvalho;

14.4 - reverenciar a memória do Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República;

15.4 - reverenciar a memória do Presidente Café Filho;

16.4 - reverenciar a memória do Deputado Monsenhor Ar ruda Câmara.

DAS HOMENAGENS

F.2- HOMENAGENS

Destinou-se o período do expediente das sessões dos dias 4 e 10 de julho e 5 de agosto, respectivamente a:

- comemorar o centenário de nascimento de João Luiz Alves;
- assinalar o centenário de nascimento de ex-Governador do Estado do Espírito Santo, Jerônimo de Souza Monteiro;
- comemorar o transcurso do Dia Nacional da Saúde.

DOS SERVIÇOS AUXILIARES

F.3 - DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Intensa foi a atividade dos Serviços Auxiliares, como o evidenciam os dados estatísticos que a seguir se reproduzem:

F.3.1 - DIREÇÃO-GERAL DA SECRETARIA

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Ofícios recebidos	84
Ofícios expedidos	445
Telegramas recebidos	50
Telegramas expedidos	112
Cartas	60
Declarações	50
Serviços dactilográficos.....	2 900
Despacho em expediente interno	4 000
Credenciais expedidas	30
Abertura de concorrência	2

SECRETARIA DA COMISSÃO DIRETORA

Projetos de Resolução	17
Redações finais	17
Resoluções	17
Atos	4

F.3.2 - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Mensagens recebidas	193
Mensagens elaboradas	154
Ofícios elaborados	332
Telegramas expedidos	724
Memorandos elaborados	43
Correspondência recebida	900

F.3.3 - VICE-DIRETORIAS GERAIS

F.3.3.1 - VICE-DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA

Ofícios expedidos	75
Ofícios recebidos	295
Autorizações expedidas	9
Fichas datilografadas	516
Comunicações recebidas	7
Comunicações expedidas	14
Processos encaminhados à Diretoria de Contabilidade referentes a pagamentos de Notas Fiscais e Faturas de compras feitas pelo Serviço Gráfico	315
Documentos arquivados	606
Prestações de Contas do Serviço Gráfico encaminhadas à Diretoria de Contabilidade - Pagamento de Pessoal..10	
Processos do Serviço Gráfico solicitando autorização para compras	131
Matérias remetidas ao Serviço Gráfico para orçamentos.95	

F 3.3.2 - VICE-DIRETORIA GERAL LEGISLATIVA

Trabalhos diversos, solicitados por Senadores	26
Ofícios expedidos	18
Documentos recebidos	363
Artigos para a imprensa	3
Sugestões à Comissão Diretora	3
Trabalhos de colaboração com outras Diretorias	2
Trabalhos de colaboração com a Comissão Diretora	2
Circulares enviadas	4
Comunicações diversas enviadas	13
Telegramas enviados	5
Páginas datilografadas	304

F.3.4 - DIRETORIASF.3.4.1 - ARQUIVODOCUMENTOS ARQUIVADOS

Anexações feitas a processos	35
Projetos	254
Requerimentos	72
Ofícios	15
Avisos	2
Mensagens	36
Indicação	1
Fichas	1.905
Parêcer	1
<u>REQUISICÕES ATENDIDAS</u>	82
<u>MINUTAS</u>	381
<u>PASTAS EM ORGANIZAÇÃO</u>	350
<u>OFÍCIOS RECEBIDOS</u>	26
<u>OFÍCIOS EXPEDIDOS</u>	98
<u>PUBLICAÇÕES RECEBIDAS</u>	17.164
<u>PUBLICAÇÕES EXPEDIDAS</u>	9.062
<u>PASTAS RECEBIDAS</u>	144

BIOGRAFIAS DOS SENHORES SENADORES

Pastas existentes	60
Atualizadas	45
Em pesquisa	15

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO

Classificados	824
Requisitados	76
Em pesquisa	5.704
Fichas datilografadas	21.936
Pesquisados	358
Restaurados	21.780

F.3.4.2 - ASSESSORIA LEGISLATIVA

1) SETOR DE ESTUDOS TÉCNICOS E JURÍDICOS

1. Projetos estudados.....	388
2. Pareceres.....	559
3. Relatórios às mensagens de indicação.....	21
4. Relatórios a vetos.....	9
5. Estudos e subsídios para a elaboração de anteprojetos.....	83
6. Estudos, consultas e pesquisas diversas.....	1.061

2) SETOR DE ORÇAMENTO

- 1: Orçamento do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1 971
2. Orçamento da União para o exercício financeiro de 1 971, com cêrca de 15 mil emendas;
3. Fichário com 25 mil fichas;
4. Subvenções dos Senhores Senadores para 1 970;
5. Consultas diversas sôbre orçamento.

3) GABINETE DO DIRETOR

1. Ofícios expedidos.....	25
2. Ofícios recebidos.....	13

F.3.4.3 - ATA

Atas sucintas das sessões do Senado.....	152
Atas circunstanciadas das sessões do Senado.....	152
Atas sucintas do Congresso.....	33
Atas circunstanciadas do Congresso.....	54
Atas sucintas das reuniões do Senado.....	20
Atas circunstanciadas das reuniões do Senado.....	20

NÚMERO DE AVULSOS PREPARADOS

Projetos de Lei da Câmara.....	45
Projetos de Lei do Senado.....	44
Projetos de Decreto Legislativo.....	70
Projetos de Resolução.....	84
Pareceres.....	722
Requerimentos.....	252
Projetos de Lei (CN).....	8
Vetos Presidenciais.....	9

F. 3.4.4 - BIBLIOTECASEÇÃO DE REFERÊNCIA LEGISLATIVAFichas

Ementas.....	3.837
Assunto.....	15.201
Retificadas.....	1.068
Conferidas e arquivadas.....	20.022
Cabeçalhos de assunto.....	15.201
Fichas perfuradas.....	500

Contrôle de Diários

Registrados.....	7.798
Distribuídos.....	3.242
Separados para encadernação.....	1.986
Separados para manuseio.....	1.986
Sobras para distribuição.....	584

Empréstimos

Diários.....	200
Leis do Brasil.....	35

Pesquisas

Leis, Decretos, Resoluções, etc.....	2.025
Bibliografias.....	58

SEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃOLivros e Folhetos

Obras classificadas e catalogadas	1.090
Fichas desdobradas por assunto, autor e título	5.260
Fichas topográficas	1.124
Fichas para o Boletim Bibliográfico.....	1.118
Etiquetas	5.952

Periódicos

Títulos novos	167
Fascículos registrados no Kardex	3.076
Volumes registrados no Livro de Registro.....	560

serviço de Empréstimo

Cartões de autor	4.461
Papeletas de datas	4.461
Bolsos de livros	4.461
Livros nas estantes	9.003
Empréstimos	4.708
Cartões de datas	4.461
Consultas	1.187

Publicações

Sumário dos principaisperiódicos recebidos pela Biblio
teca
Boletim Bibliográfico, 1965-1967

Bibliografias

ONU
 Contribuição de Melhoria
 Relações Públicas
 Quorum
 Mar Territorial

Catálogo topográfico

Cartões perfurados..... 8.000

Listagem de Periódicos

Cartões perfurados..... 600

Índice

Bibliografia e arquivos de economia e finanças:

Listas..... 176
 Fichas..... 2.100

SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

<u>Aquisições</u>	<u>Por compra</u>	<u>por doação</u>
Livros	1.243	356
Folhetos.....	14	139
Periódicos.....	924	1.152

Expediente

Livros e folhetos registrados..... 1.286
 Fichas de aquisição de livros e folhetos..... 1.286
 Fichas de contabilização..... 53
 Documentos recebidos..... 535
 Documentos expedidos..... 1.056
 Cartões de aquisição perfurados..... 1.814

Reprografia

Xerox - cópias..... 188.468
 Mimeógrafo - cópias..... 538.500
 Gestefax - stencil..... 420

Encadernação

Folhas furadas..... 13.500
 Volumes grampeados..... 1.644
 Volumes cortados..... 1.909
 Volumes encadernados..... 262
 Folhas alceadas..... 42.583
 Cortes de impressos..... 342.445

Trabalhos de divulgação

Publicação "Informações aos leitores"
 Publicação "Marcadores de livros"
 Cartazes fotográficos
 Capa do "Boletim da Biblioteca"
 Capa do "Sumário dos principais periódicos"

Automação

A Biblioteca iniciou a implantação da automação em seus serviços técnicos.

Salão de Leitura

A 5 de agosto deste ano, foram inauguradas as novas instalações da Biblioteca, donde se destacam o Salão de Leitura do 4º andar do Anexo e a seção de Obras Raras no 5º.

F.3.4.5 - COMISSÕESADMINISTRAÇÃO

- COMISSÃO DE AGRICULTURA:	
Reuniões ordinárias.....	11
Reuniões extraordinárias.....	2
Projetos distribuídos.....	16
Projetos relatados.....	14
Ofícios expedidos.....	29
Ofícios recebidos.....	12
Emendas apresentadas.....	2
- COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SÔBRE ENERGIA ATÔMICA:	
Reuniões extraordinárias.....	1
Projetos distribuídos.....	1
Projetos relatados.....	1
Ofícios expedidos.....	2
Ofícios recebidos.....	4
- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA:	
Reuniões ordinárias.....	5
Reuniões extraordinárias.....	29
Projetos distribuídos.....	220
Projetos relatados.....	202
Projetos em diligências.....	27
Ofícios expedidos.....	26
Ofícios recebidos.....	10
Pedidos de vista.....	8
Emendas apresentadas.....	10
Subemendas apresentadas.....	3
Substitutivos apresentados.....	4
Projetos de Resolução apresentados.....	28
Votos em separado.....	22
- COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL:	
Reuniões ordinárias.....	7
Reuniões extraordinárias.....	8
Projetos distribuídos.....	12
Projetos relatados.....	9
Projetos em diligências.....	1
Ofícios expedidos.....	11
Ofícios recebidos.....	7
Pedidos de vista.....	2
Emendas apresentadas.....	32
Subemendas apresentadas.....	4
Substitutivos apresentados.....	3
Projetos de Resolução apresentados.....	1
Votos em separado.....	1
- COMISSÃO DE ECONOMIA:	
Reuniões ordinárias.....	11
Reuniões extraordinárias.....	6
Projetos distribuídos.....	30
Projetos relatados.....	41
Projetos em diligências.....	6
Ofícios expedidos.....	5
Ofícios recebidos.....	2
Pedidos de vista.....	1
Emendas apresentadas.....	3
Substitutivos apresentados.....	1

- COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Reuniões ordinárias.....	8
Reuniões extraordinárias.....	1
Projetos distribuídos.....	13
Projetos relatados.....	16
Projetos em diligência.....	8
Ofícios expedidos.....	5
Ofícios recebidos.....	9
Publicação para estudo(*).....	56
Substitutivos apresentados.....	2
(*) Total de páginas: 728	

- COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO:

Reuniões extraordinárias.....	12
Projetos distribuídos.....	18
Projetos relatados.....	18

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Reuniões ordinárias.....	30
Reuniões extraordinárias.....	7
Projetos distribuídos.....	40
Projetos relatados.....	160
Projetos em diligências.....	4
Ofícios expedidos.....	30
Ofícios recebidos.....	21
Pedidos de vista.....	10
Publicação para estudo.....	6
Emendas apresentadas.....	10
Subemendas apresentadas.....	9
Substitutivos apresentados.....	8
Projetos de Resolução apresentados.....	10
Votos em separado.....	8
Telegramas.....	6
Telex.....	6

- COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Reuniões ordinárias.....	5
Reuniões extraordinárias.....	2
Projetos distribuídos.....	7
Projetos relatados.....	10
Projetos em diligências.....	2

- COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL:

Reuniões ordinárias.....	12
Reuniões extraordinárias.....	8
Projetos distribuídos.....	19
Projetos relatados.....	40
Projetos em diligências.....	11
Ofícios expedidos.....	325
Ofícios recebidos.....	8
Publicação para estudo.....	1
Emendas apresentadas.....	3
Projetos de Resolução apresentados.....	1

- COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA:

Reuniões ordinárias.....	8
Projetos distribuídos.....	5
Projetos relatados.....	8
Ofícios expedidos.....	5
Publicação para estudo.....	1

- COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS:

Reuniões ordinárias.....	2
Projetos distribuídos.....	1
Projetos relatados.....	1
Ofícios expedidos.....	6
Ofícios recebidos.....	10

- COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO:

Reuniões ordinárias.....	8
Reuniões extraordinárias.....	7
Projetos distribuídos.....	21
Projetos relatados.....	21
Ofícios expedidos.....	6
Ofícios recebidos.....	7
Pedidos de vista.....	2
Emendas apresentadas.....	9
Subemendas apresentadas.....	1
Substitutivos apresentados.....	2
Votos em separado.....	1

- COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Reuniões ordinárias.....	12
Reuniões extraordinárias.....	48
Projetos relatados.....	153
Ofícios expedidos.....	1

- COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES:

Reuniões ordinárias.....	11
Reuniões extraordinárias.....	20
Projetos distribuídos.....	21
Projetos relatados.....	21
Ofícios expedidos.....	13
Ofícios recebidos.....	27
Pedidos de vista.....	2
Votos em separado.....	3
Mensagens relatadas.....	22

- COMISSÃO DE SAÚDE:

Reuniões ordinárias.....	12
Projetos distribuídos.....	11
Projetos relatados.....	13
Projetos em diligências.....	2
Ofícios expedidos.....	31
Ofícios recebidos.....	15
Publicação para estudo.....	5
Substitutivos apresentados.....	1

- COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL:

Reuniões ordinárias.....	5
Reuniões extraordinárias.....	2
Projetos distribuídos.....	11
Projetos relatados.....	11

- COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL:

Reuniões ordinárias.....	4
Reuniões extraordinárias.....	2
Projetos distribuídos.....	8
Projetos relatados.....	6
Projetos em diligências.....	1
Ofícios expedidos.....	6
Ofícios recebidos.....	4
Pedidos de vista.....	1
Emendas apresentadas.....	1
Subemendas apresentadas.....	2
Substitutivos apresentados.....	1

- COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS:

Reuniões ordinárias.....	1
Reuniões extraordinárias.....	8
Projetos distribuídos.....	9
Projetos relatados.....	9
Projetos em diligências.....	1
Ofícios expedidos.....	4
Ofícios recebidos.....	4

- COMISSÃO DE VALORAIZAÇÃO DA AMAZÔNIA:

Reuniões ordinárias.....	4
Projetos distribuídos.....	3
Projetos relatados.....	3
Ofícios expedidos.....	4
Ofícios recebidos.....	6

SEÇÃO DE COMISSÕES MISTAS

I. Comissões Mistas para Exame de Projeto de Lei do Congresso Nacional.....	8
II. Comissões Mistas para exame de Projeto de Lei Complementar.....	2
III. Comissões Mistas, na forma do art. 109, do Regimento Comum (Decretos-leis).....	22
IV. Comissões Mistas, na forma do art. 104, do Regimento Comum (Vetos).....	9
V. Outras Comissões Mistas.....	1

SÍNTESE DOS TRABALHOS

- COMISSÕES MISTAS PARA ESTUDO DE PROJETOS DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL:

Reuniões realizadas.....	32
Membros das Comissões.....	176
Substituições de Membros das Comissões.....	27
Projetos relatados.....	8
Emendas oferecidas, no prazo regimental.....	284
Emendas apresentadas pelos Senhores Relatores...	14
Emendas apresentadas pela Comissão.....	2
Subemendas apresentadas pela Comissão.....	9
Substitutivos apresentados.....	16
Pareceres proferidos.....	16
Ofícios expedidos.....	390
Avisos encaminhados aos Srs. Membros da Comissão.....	396
Votos em separado e declarações de Votos.....	5
Atas publicadas.....	32

- COMISSÕES MISTAS PARA EXAME DE PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

Reuniões realizadas.....	6
Membros das Comissões.....	44
Substituições de Membros das Comissões.....	6
Projetos relatados.....	2
Emendas oferecidas no prazo regimental.....	59
Emendas apresentadas pelos Srs. Relatores.....	6
Subemendas apresentadas pela Comissão.....	12
Substitutivos apresentados.....	2
Pareceres proferidos.....	3
Ofícios expedidos.....	120
Avisos encaminhados aos Srs. Membros da Comissão	50
Votos em separado e Declarações de Voto.....	4
Atas publicadas.....	6

- COMISSÕES MISTAS, NA FORMA DO ART.109, DO REGIMENTO COMUM (DECRETOS-LEIS):

Reuniões realizadas.....	44
Membros das Comissões.....	474
Substituições de Membros das Comissões.....	57
Projetos relatados.....	22
Pareceres proferidos.....	22
Projetos de Decreto Legislativo apresentados...	22
Ofícios expedidos.....	966
Avisos encaminhados aos Srs. Membros da Comissão.....	494
Atas publicadas.....	44

- COMISSÕES MISTAS, NA FORMA DO ART. 104, DO REGIMENTO COMUM (VETOS):

Reuniões realizadas.....	18
Membros das Comissões.....	54
Projetos apreciados.....	9
Relatórios apresentados.....	9
Atas publicadas.....	18

- OUTRAS COMISSÕES MISTAS:

Comissão Mista para examinar a Legislação Cafeeira e a Estrutura do Instituto Brasileiro do Café, elaborar Projeto de Lei que atualiza e consolida aquela Legislação e que reestruture essa autarquia.

Membros da Comissão.....	10
Substituições de Membros da Comissão.....	1
Reuniões realizadas.....	6
Telex recebidos.....	6
Ofícios expedidos.....	14
Parecer proferido.....	1
Audiência com o Presidente da República para entrega do Relatório.....	1
Atas publicadas.....	4

SEÇÃO DE MECANOGRRAFIA

<u>COMISSÕES</u>	<u>PARECERES</u>	<u>Nº DE FLS.</u>
Agricultura	12	27
Alienação de Terras Públicas.....	20	60
Constituição e Justiça	216	610
Distrito Federal.....	10	26
Economia.....	37	109
Educação e Cultura.....	14	38
Finanças.....	151	428
Indústria e Comércio.....	8	19
Legislação Social.....	40	118
Projetos do Executivo.....	19	59
Relações Exteriores	35	90
Saúde.....	10	25
Segurança Nacional.....	15	46
Serviço Público Civil.....	12	35
Transportes, Comunicações e Obras Públicas.....	12	25
Ajustes internacionais.....	1	3
Minas e Energia.....	10	32
Polígono das Sêcas.....	1	4
Valorização da Amazônia.....	4	12
Diretora.....	1	2
Mistas.....	35	266
	<u>670</u>	<u>2.034</u>

- OUTROS

UNIDADES

F. 3/11
Nº DE FLS.

Discursos.....	20	90
Ofícios.....	30	50
Diversos.....		1.500
STENCIL.....		1.029
Material gasto.....		29.392

F.3.4.6- CONTABILIDADESEÇÃO FINANCEIRABALANCETE MENSAL

Receita	54	documentos
Despesa	3397	documentos
<u>SALDO DE ELEMENTOS ECONÔMICOS</u>	11	documentos
<u>DESPESAS POR ELEMENTOS ECONÔMICOS</u>	11	documentos
<u>JUSTIFICATIVA DE SALDOS</u>	11	documentos
<u>MAPA DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</u> ..	11	documentos
<u>MAPA DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</u>	11	documentos
<u>BALANCETE POR CATEGORIA ECONÔMICA</u>	11	documentos
<u>BALANCETE TRIMESTRAL</u>	3	documentos
<u>DESPESAS TRIMESTRAL POR ELEMENTO ECONÔMICO</u>	3	documentos
<u>FARECIRES</u>	3	documentos
<u>BALANCETE SEMESTRAL</u>	3	documentos
Receita	50	documentos
Despesa	3397	documentos
<u>CHEQUES EMETIDOS</u>	2160	
<u>EXTRATOS DE CONTA CORRENTES</u>	33	
<u>GUIA DE RECOLHIMENTO</u>	62	
<u>GUIA DE RECOLHIMENTO DO IMP. RENDA RETIDO NA FONTE</u>	83	
<u>DOCUMENTOS EMPENHADOS (1970)</u>	3397	
<u>DOCUMENTOS PROTOCOLIZADOS</u>	3605	
<u>PAGAMENTOS EFETUADOS</u>	3307	documentos
<u>FICHAS DE FORNECEDORES</u>		
<u>ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO SENADO FEDERAL PARA 1971</u>	1	documento
<u>DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS</u>	132	documentos
<u>DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL, PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO CONSTANDO DE:</u>		

1 - Balanço Orçamentário, com o quadro comparativo da despesa autorizada com a realizada;

- 2 - Balanço Financeiro, com o demonstrativo do saldo apresentado e a relação dos respectivos documentos;
- 3 - Discriminação Geral da Receita e da Despesa;
- 4 - Balanço Patrimonial, com o quadro demonstrativo das variações patrimoniais;
- 5 - Relação dos documentos da Receita e das despesas;
- 6 - Inventários físicos dos bens desta Casa, numerados como segue:

- a) - Anexo nº 1 - Mobiliário Geral;
- b) - Anexo nº 2 - Veículos;
- c) - Anexo nº 3 - Máquinas, Motores e Aparelhos;
- d) - Anexo nº 4 - Equipamentos diversos;
- e) - Anexo nº 5 - Biblioteca;
- f) - Anexo nº 6 - Outros Bens Móveis;
- g) - Anexo nº 7 - Bens imóveis;
- h) - Anexo nº 8 - Móveis do Senado Federal que se encontram no Palácio Monroe.

LEVANTAMENTO DOS BENS FÍSICOS, PARA EXECUÇÃO DE INVENTÁRIOS.
 LEVANTAMENTO DOS ESTOQUES DE 1970, PARA CÁLCULO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO:

- Almoxarifado da Diretoria do Patrimônio;
- Almoxarifado do Serviço de Transportes;
- Almoxarifado do Serviço Gráfico;
- Almoxarifado do Serviço Médico;
- Almoxarifado do Quadro Anexo; e
- Almoxarifado do Serviço de Imprensa e Radiodifusão.

SEÇÃO DE CONTRÔLE

1 - AVERBAÇÕES DE DESCONTOS EM FÔLHA

SENADORES

Instituto de Previdência dos Congressistas	08
Caixa Econômica Federal de Brasília	11
Senado Federal - Gráfica	12

FUNCIONÁRIOS

Caixa Econômica Federal de Brasília	623
Caixa Econômica Federal Rio	18
Caixa Pecúlio dos Militares	113
Instituto de Previdência dos Congressistas	214
Instituto de Previdência e Assistência dos Ser- vidores do Estado	04
Federal de Seguros S/A	39
Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército ...	05
Associação dos Servidores Civis do Brasil	304
Associação dos Servidores Públicos do Brasil ..	16
Associação dos Servidores do Senado Federal ...	58
Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Ar- madas	03
Aluguel Particular	08
Alimento Família	13
Associação dos Motoristas do Serviço Público ..	04

APOSENTADOS

Caixa Econômica Federal de Brasília	86
Associação dos Servidores Civis do Brasil	06

2 - CANCELAMENTOS DE AVERBAÇÕES

Aluguel Particular	02
Federal de Seguros S/A	35
Instituto de Previdência e Assistência dos Ser- vidores do Estado	02
Caixa Econômica Federal de Brasília	96
Instituto de Previdência dos Congressistas	87
Associação dos Servidores Civis do Brasil	65
Associação dos Motoristas do Serviço Público ..	01
União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil	01
Caixa Pecúlio dos Militares	42
Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Ar- madas	02
Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército ...	01

3 - <u>BOLETINS</u> enviados à <u>HOLLERITH</u> , decorrentes de " <u>Alteração recebida da Diretoria do Pessoal ou resultante de averbação ou de savorbação de desconto em Fôlha de Pagamento.</u>	
Senadores	12
Funcionários	12
Aposentados	12
Pensionistas	12
4 - <u>COMPARECIMENTO DE SENADORES</u>	
Mapas de frequências "Ordinárias"	09
Mapas de frequências "Extraordinárias"	09
5 - <u>FICHAS de Consignatários, datilografadas e anotadas com os respectivos quantitativos dos pagamentos ...</u>	
Senadores	13
Funcionários	37
Aposentados	11
6 - <u>FICHAS FINANCEIRAS INDIVIDUAIS</u>	
Senadores	70
Funcionários	1082
Aposentados	201
Pensionistas	42
7 - <u>FÔLHAS DE PAGAMENTO</u>	
<u>SENADORES</u>	
Ajuda de Custo (individual)	62
Ajuda de Custo (coletiva)	03
Subsídios e Sessões Extraordinárias	12
Consignatários	12
<u>FUNCIONÁRIOS</u>	
Fôlhas de Pagamentos mensais e diárias	22
"Pro-Labore"	65
Funcionários em exercício no Palácio do Monroe	06
Consignatários	12
Auxílio Funeral	08
Ordens Permanentes	12
<u>APOSENTADOS</u>	
Fôlhas de Pagamentos mensais	12
<u>DEVOLUÇÃO DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO</u>	04
8 - <u>GUIAS DE RECOLHIMENTO AO TESOURO</u>	17

9 - <u>INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES</u>	
Senadores	35
Funcionários	1826
Diversos	87
Rendimentos auferidos no ano de 1969 para prova junto ao Imposto de Renda	
Senadores	86
Funcionários	1129
Aposentados	192
10 - <u>DECLARAÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA</u>	
Senadores	50
Funcionários	1026
Aposentados	96
11 - <u>OFÍCIOS</u>	
Expedidos pela Seção de Controle	113
Expedidos pelo Diretor-Geral	128
Recebidos e providenciados	165
12 - <u>RELAÇÕES ANALÍTICAS RECEBIDAS E PROVIDENCIADAS</u>	
Senadores	12
Funcionários	12
Aposentados	12
13 - <u>ALTERAÇÕES DA DIRETORIA DO PESSOAL PROVIDENCIADAS</u>	
Funcionários	78
Aposentados	32
14 - <u>FICHAS Financeiras de Aposentados e informações pres- tadas para instruir processos de aposentadoria em di- ligências</u>	
	12
15 - <u>RELAÇÃO de Funcionários, para elaboração de pagamen- to de Diárias e Pagamento de "Pro-Labore"</u>	
	30
16 - <u>PAGAMENTO de horas extras providenciadas</u>	
	12
17 - <u>FATURAS recebidas da Caixa Econômica Federal de Bra- sília providenciadas</u>	
	21
18 - <u>FICHAS para elaboração da restituição do empréstimo compulsório</u>	
	917

F.3.4.7 - EXPEDIENTE

Mensagens expedidas	110
Ofícios expedidos	337
Pela Presidência	61
Pela 1a. Secretaria	271
Autógrafos preparados	526
Cópias autenticadas	52
Telegramas expedidos	26
Total de folhas datilografadas	1066

ATOS DA MESAPRESIDÊNCIAPROMULGAÇÃO DE:

Decretos Legislativos	68
Resoluções	83

EXPEDIENTE ASSINADO

Autógrafos	526
Mensagens	110
Ofícios	66

1a. SECRETARIAOFÍCIOS ASSINADOS:

Pelo 1º Secretário	229
Pelo 2º Secretário, no exercício da 1a. Secretaria	8
Pelo 3º Secretário, no exercício da 1a. Secretaria	16
Pelo 4º Secretário, no exercício da 1a. Secretaria	6
Pelo Senador José Feliciano, no exercício da 1a. Secretaria	1
Pelo Senador Sebastião Archer, no exercício da 1a. Secretaria	11

OFÍCIOS EXPEDIDOS

A Ministros de Estados	46
A Governadores de Estados	44
Ao Governador do DF	8
A Câmara dos Deputados	209
A Presidentes dos Tribunais	15
A Prefeitos	7
A outras autoridades	8

PROTOCOLO GERALFICHAS CONFECCIONADAS:

Mensagens	215
Projetos	243
Pareceres	721
Requerimentos	248
Decretos Legislativos	60
Resoluções	83
Consultas	19
Ofícios	130
Desdobramentos por assunto	996
Indicações	2

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO:

Projetos	197
Mensagens	50
Requerimentos	26

F.3.4.8 - INFORMAÇÃO LEGISLATIVAPUBLICAÇÕES

- I - Obras da Diretoria, impressas pelo Serviço Gráfico e distribuídas em 1970:
- | | |
|--|-----------|
| - Anais da Constituição - 7º volume | 296 pāgs. |
| - Quadro Comparativo das Constituições | 328 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 23 | 350 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 24 | 461 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 25 | 429 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 26 | 439 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 27 | 215 pāgs. |
| - O Congresso Nacional e o Programa de Integração Social | 360 pāgs. |
- II - Boletins mimeografados (distribuição interna):
- | | |
|--|----------|
| - Legislação eleitoral | 73 pāgs. |
| - Censura | 97 pāgs. |
| - Anteprojeto do Código das Contravenções Penais (quadro comp) | 72 pāgs. |
| - Programa de Integração Social | 80 pāgs. |
- III - Quadros Comparativos: distribuídos:
- da Constituição
 - do Código Penal
 - do Código Penal Militar
 - do Anteprojeto do Código das Contravenções Penais
 - da Lei Eleitoral

REDAÇÃO

Obras elaboradas pela Diretoria para distribuição:

- adendo ao 7º volume dos Anais da Constituição de 1967
- Revista de Informação Legislativa nº 25
- Revista de Informação Legislativa nº 26
- Revista de Informação Legislativa nº 27
- Revista de Informação Legislativa nº 28
- Revista de Informação Legislativa nº 29 (março/71) - preparo de originais
- O Congresso Nacional e o Programa de Integração Social
- Boletins (vide item II)

Obs: não são aqui consignadas as pesquisas e documentações a pedido.

REVISÃO TIPOGRÁFICA

- | | |
|--|-----------|
| - Anais da Constituição de 1967 - 7º volume .. | 592 pāgs. |
| - Quadro Comparativo das Constituições | 656 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 24 | 922 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 25 | 858 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 26 | 878 pāgs. |
| - Revista de Informação Legislativa nº 27 | 430 pāgs. |

SENADO FEDERAL:

a) Requerimentos de Convocação	3
b) Projetos de Lei do Senado	43
c) Projetos de Lei da Câmara	46
d) Indicações	4
e) Mensagens	6
f) Projetos de Decreto Legislativo	62
g) Projetos de Resolução	80
h) Ofícios	12
i) Resoluções	78
j) Projetos do DF	4
l) Requerimentos	3
m) Comissão Especial	3
n) Subcomissões	3
o) Avisos	4
<hr/>	
Total:	351

CÂMARA DOS DEPUTADOS:

a) Requerimentos de Convocação	1
b) Projetos	240
c) Indicações	2
d) Mensagens	76
e) Comissão Externa	1
f) Projetos de Decreto Legislativo	60
g) Projetos de Resolução	23
h) Projetos de Lei Complementar	2
i) Pareceres	9
j) Ofícios	9
l) Resoluções	22
<hr/>	
Total:	445

Diários do Congresso Nacional trabalhados:

a) DCN - Senado: ns. 1 a 138 mais 2 suplementos	140
b) DCN - Câmara: ns. 1 a 138 mais 9 suplementos	147
c) DCN - Conjunta: ns. 1 a 45	45
<hr/>	
Total:	332

TOTAIS GERAIS

Informações prestadas	1.207	(1.364 pães.)
Pesquisas realizadas	187	(1.337 pães.)
Páginas impressas	3.200	
Páginas revisadas	5.486	
Fichas utilizadas	13.262	
Diários compilados	1.220	
Jornais trabalhados	3.432	

F. 3.4.9 - PATRIMÔNIO

Processo para aquisição de medicamentos	3
Tomada de preços	1
Convite para alienação de carcaças	3
Mapas demonstrativos	44
Ordem de aquisição de material	310
Fichas de controle de pedidos	262
Fichas de controle de Notas Fiscais e Faturas	221
Contratos e Orçamentos de Serviços	8
Notas Fiscais e Faturas processadas e encaminhadas à Diretoria da Contabilidade	1.105

Firmas cadastradas:	525
firmas com cadastro completo	127
firmas com cadastro incompleto	<u>398</u>
Autorizações diversas	16
Ofícios ao Quadro Anexo	18
Propostas aceitas	3
manutenção de máquinas	1
modificações, limpeza e pintura	1
automação da Biblioteca	1

SEÇÃO DE CONTRÔLE E TOMBAMENTO DE BENS

Expediente recebido:

Ofícios	121
Cartas, telegramas e telex	55
Fichas de produção	1.671
Expediente avulso - Horas-extras	1.980

Expediente expedido:

Ofícios	119
Requerimento serviço médico	507
Cartas, cartões, telegramas, telex	85
Autorizações, circulares e recibos	114
Expediente avulso e mapas	540
Fichas coletivas	257
Fichas individuais internas	7.697
Fichas individuais externas	3.100
Bloco de guia de transferência	163
Pasta de bens patrimoniais	114

Tombamento:

Móveis tombados	6.351
Material elétrico	1.512
Diversos	609
Revisões	5.049
Remoções	354
Replaqueamento	185

SETOR DE MÁQUINAS

Máquinas fornecidas:

Máquinas de escrever manual	66
Máquinas de escrever elétrica	68
Máquina Contábil	01
Micro Computador Programa-203	01

Solicitações:

Máquina de escrever manual	197
Máquina de escrever elétrica	93
Máquina de calcular	15
Máquina fotocopadora	13
Duplicador de stencil	12

Revisão Geral:

Máquina de escrever manual	236
Máquina de escrever elétrica	17
Máquina de calcular	8
Máquina fotocopadora	3
Duplicador de stencil	8

Diversos:

Reprodução de documentos (fotocópias)	2.600
Cópias de stencil	21.214

SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL (Almoxarifado)

<u>Requisição de material de expediente atendida:</u>	1.238
---	-------

Gabinetes	677
Diretorias	385
Serviços Auxiliares	176

Roupas e Uniformes entregues:

Camisas	35
Guarda-Pô	383
Japona	11
Macacões	341
Quepes	19
Uniforme	878

DEPÓSITO DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO

<u>Pedidos atendidos:</u>	222
---------------------------------	-----

As diretorias	34
Aos gabinetes	36
Serviços auxiliares	152

Notas fiscais recebidas e encaminhadas	288
--	-----

F.3.4.10 - PESSOALSEÇÃO ADMINISTRATIVA:

Cartões de ponto confeccionados e conferidos.....	4.823
Lançamentos nos Boletins de Frequência.....	3.740
Boletins de Frequência confeccionados e refeitos.....	3.500
Documentos arquivados.....	2.935
Informações sobre férias, recessos e lançamentos de plantões.....	2.159
Pastas de assentamentos com lançamentos do tempo de serviço.....	1.015
Pastas de assentamentos revistas para pagamento de gratificação adicional.....	1.015
Declarações Funcionais.....	444
Propostas da CEFB informadas.....	553
Contratos da CEFB encaminhados para averbação.....	95
Lançamentos nas pastas de assentamentos de publicações do DCN e Boletim do Pessoal.....	1.203
Lançamentos nas pastas de assentamentos de aumento de salário-família.....	306
Capas de pastas de assentamentos refeitas.....	203
Adicionais encaminhados à Diretoria da Contabilidade.....	285
Lançamentos de gratificação adicional na ficha 12 da pasta de assentamentos.....	285
Fichas de salário-família abertas.....	231
Processos de tempo de serviço prestado a outros órgãos lançados nas pastas de assentamentos.....	105
Pastas de assentamentos refeitas.....	23
Alterações encaminhadas à Diretoria da Contabilidade.....	77
Contagem de tempo de serviço para promoção.....	14
Registro de vagas atualizados.....	8
Contagem de tempo de serviço geral.....	1
Mapas confeccionados.....	10
Preparados e encaminhados ao Serviço gráfico para encadernação todos os atos datilografados e publicados nos anos de 1966 a 1969.	
Preparados e encaminhados ao Serviço Gráfico para encadernação frequências dos funcionários relativas aos anos de 1966, 1967 e 1968.	

SEÇÃO DE CONTRÔLE DE INATIVOS:

Alterações.....	27
Apostilas.....	10
Certidões.....	25
Declarações.....	28
Ofícios Expedidos.....	30
Informações.....	73
Títulos.....	12
Processos enviados ao TCU, inclusive os que se encontravam em diligência.....	65
Propostas de empréstimo pela CEF.....	80
Relações relativas a levantamentos-sôbre salário-família e inativos.....	3

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Revisão geral dos processos de averbação de tempo de serviço , que aguardam cumprimento de diligências.....	2
Confecção periódica dos "MAPAS" de Quadro e Lotação dos funcionários do Senado Federal.....	4
Elaboração e atualização de um fichário geral dos funcionários por lotação e em ordem alfabética, com indicação de cargo, lotação e endereço	1
Recortes da jurisprudência administrativa publicada no corrente ano, com índice analítico	52
Ofícios elaborados pela Seção	108
Abono de faltas por motivos escolares	38
Aposentadoria	11
Auxílio-Funeral.....	2
Diárias de Brasília	21
Diversos.....	34
Exoneração.....	3
Gala.....	8
Gratificação Adicional.....	1
Horário Especial.....	8
Licença Especial.....	9
Licença Gestanta.....	6
Licença para Interesse Particulares.....	3
Licença para Tratamento de Saúde.....	142

Licença para Tratamento em Pessoa da Família.....	5
Gratificação de Nível Universitário.....	16
Licença Nojo.....	10
Posse.....	2
Informação de pedidos de Readaptação.....	15
Salário-família.....	125
Tempo de Serviço.....	49

SEÇÃO DE REGISTRO:

Títulos Expedidos (nomeação).....	10
Títulos Apostilados.....	97
Títulos Copiados.....	97
Ofícios.....	119
Comunicações.....	52
Certidões.....	4
Atos Publicados - Presidente.....	8
Atos Publicados - Comissão Diretora.....	18
Atos Publicados - 1º Secretário.....	13
Atos Publicados - Diretor Geral.....	19
Atos Publicados - Diretoria do Pessoal.....	8
Portarias - Presidente.....	4
Portarias - 1º Vice-Presidente.....	2
Portarias - 2º Vice-Presidente.....	1
Portarias - 1º Secretário.....	59
Portarias - Diretor Geral.....	71
Portarias - Comissão de Inquérito.....	3
Comissão de Sindicância.....	8
Inquérito Administrativo.....	4
Ordem de Serviço.....	9
Cartão de Identidade Funcional.....	36
Boletim do Pessoal.....	20

F.3.4.11- PUBLICAÇÕES

Atas conferidas e revisadas.....	477
Vetos revistos para confecção de avulsos.....	9
Volumes de Anais publicados.....	9
Volumes de Anais a serem publicados.....	7

F.3.4.12-TAQUIGRAFIA

Pronunciamentos dos Senhores Senadores de 19 de abril a 18 de novembro de 1970, inclusive, nas Sessões do Senado Federal e Congresso Nacional.

<u>Senador</u>	<u>S.Federal</u>	<u>C.Nacional</u>
01 - Adalberto Sena.....	7	-
02 - Adolpho Franco.....	2	-
03 - Antônio Carlos.....	21	2
04 - Antônio Fernandes.....	5	-
05 - Argemiro de Figueiredo.....	7	-
06 - Arnon de Mello.....	11	1
07 - Atílio Fontana.....	15	-
08 - Aurélio Vianna.....	32	2
09 - Bezerra Neto.....	32	1
10 - Carlos Lindenberg.....	16	-
11 - Carvalho Pinto.....	6	-
12 - Cattete Pinheiro.....	13	-
13 - Clodomir Milet.....	7	-
14 - Dinarte Mariz.....	12	1
15 - Domicio Gondim.....	2	-
16 -Duarte Filho.....	3	-
17 - Edmundo Levi.....	21	1
18 - Eurico Rezende.....	24	1
19 - Fernando Corrêa.....	1	-
20 - Filinto Müller.....	14	1

<u>Senador</u>	<u>S. Federal</u>	<u>C. Nacional</u>
21 - Flávio Brito.....	16	-
22 - Gilberto Marinho.....	24	-
23 - Guido Mondin.....	41	2
24 - Josaphat Marinho.....	45	5
25 - José Ermírio.....	29	1
26 - José Feliciano.....	1	-
27 - José Guimard.....	2	-
28 - José Leite.....	3	-
29 - Júlio Leite.....	9	-
30 - Leandro Maciel.....	2	-
31 - Lino de Mattos.....	45	2
32 - Manoel Vilaça.....	3	-
33 - Mello Braga.....	5	-
34 - Mem de Sá	10	-
35 - Milton Campos.....	1	-
36 - Milton Trindade.....	4	-
37 - Moura Andrade.....	1	-
38 - Mey Braga.....	2	-
39 - Nogueira da Gama.....	1	-
40 - Paulo Tórres.....	3	-
41 - Petrônio Portela.....	37	1
42 - Ruy Carneiro.....	8	-
43 - Sebastião Archer.....	1	-
44 - Sigefredo Pacheco.....	2	-
45 - Teotônio Vilela.....	3	-
46 - Vasconcelos Tórres.....	45	2
47 - Victorino Freire.....	11	-
48 - Waldemar Alcântara.....	6	-
49 - Wilson Gonçalves.....	2	-

F.3.5 SERVIÇOSF.3.5.1 GRÁFICOQUADRO COMPARATIVO DA PRODUÇÃO

1966	32.027.191
1967	20.307.154
1968	208.501.235
1969	99.333.661
1970	319.709.470

OBRAS EXECUTADAS

Páginas Impressas	167.697.585
Unidades	1.203

AVULSOS

Páginas Impressas	4.561.890
Unidades	1.482

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Páginas Impressas	141.880.800
Unidades	182

MATERIAL DE EXPEDIENTE

Unidades	729
----------------	-----

F.3.5.2 MÉDICOATENDIMENTOS MÉDICOS:

Consultas em geral	2.812
Eletrocardiogramas	358
Pequenas Cirurgias	86

<u>ATENDIMENTOS EXTERNOS</u>	477
------------------------------------	-----

ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM:

Injeções intramusculares	5.586
Injeções endovenosas	2.791
Injeções subcutâneas	1.860
Curativos	3.722

<u>PLANTÃO NOTURNO</u>	1.731
------------------------------	-------

<u>ATESTADOS MÉDICOS</u>	609
--------------------------------	-----

<u>ATENDIMENTOS FISIOTERÁPICOS</u>	3.456
--	-------

<u>ATENDIMENTOS DA FARMÁCIA</u>	15.215
---------------------------------------	--------

F.3.5.3. - IMPrensa E RADIODIFUSÃO

Programas para a VOZ DO BRASIL.....	220
Súmulas Informativas.....	134
Correspondência recebida.....	15
Correspondência expedida.....	88
Palavras recebidas pelo Telex.....	550.000
Palavras expedidas pelo Telex.....	70.000
Chapas de endereços gravadas.....	150
Folhas mimeografadas.....	80.615
"Stencil" gravados eletronicamente.....	500
"Stencil" datilografados.....	4.754
Gravação do programa VOZ DO BRASIL.....	220
Gravação de sessões plenárias.....	242
Gravação em disco para Senadores.....	105
Gravação em fita magnética para Senadores.....	43
Transmissão do programa VOZ DO BRASIL.....	220
Ajustes de níveis de áudio no sistema sonoro.....	82
Instalações de novos pontos de som.....	69
Atendimentos técnicos a diversos setores da Casa....	49
Desenho técnico.....	22
Projetos de melhoria do sistema de áudio.....	3
Ofícios sobre material técnico.....	28

F.3.5.4- SELEÇÃO DE PESSOAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Exame psicológico para fins de seleção.....	5 casos
Orientação Vital a familiares de funcionários.....	5 casos
Orientação Vital a funcionário.....	1 caso
Orientação Vocacional a familiares de funcionários..	2 casos
Reexame psicológico para fins de posse.....	10 casos
Reexame psicológico para outras finalidades.....	2 casos

F.3.5.5- TELEX

Mensagens nacionais expedidas.....	3278
Mensagens nacionais recebidas.....	2356
Mensagens internacionais expedidas.....	108
Mensagens internacionais recebidas.....	75

TRABALHO LEGISLATIVO REALIZADO

G - TRABALHO LEGISLATIVO REALIZADO

G.1 - PROJETOS DE LEI DO SENADO EM CURSO

NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DE 31.3. A 30.11.70.

a) de sessões legislativas anteriores:

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
49/47	João Vilasboas	Modifica o Decreto nº 942-A, de 31 de outubro de 1.890, que regula o Montepio Civil.	Rejeitado.
28/51	João Vilasboas	Regula a participação obrigatória e direta do trabalhador no lucro das empresas.	
2/52	João Vilasboas	Regula a execução do Artigo 4º do Decreto-lei nº 4 841, de 17 de outubro de 1952.	
30/52	Ferreira de Souza	Modifica o artigo 880 do Código de Processo Civil.	
35/52	Flávio Guimarães	Modifica o artigo 3 da Lei nº 842, de 4 de outubro de 1949.	
37/52	Ferreira de Souza	Modifica os artigos 378, 379, 381, 842, XVII do Código de Processo Civil.	
7/55	Mourão Vieira	Cria o Fundo Nacional de Fomento à extração e plantio da borracha.	Rejeitado
48/56	João Villasboas	Declara isentos de sanções disciplinares os militares reformados e os das Reservas das Forças Armadas.	
41/57	Gilberto Marinho	Aplica aos atuais substitutos de promotor militar, com mais de cinco anos de efetivo exercício, o disposto na Lei nº 2 284, de 9 de agosto de 1954.	
4/60	Mourão Vieira	Autoriza o Poder Executivo a emitir selos comemorativos do cinquentenário da fundação da Prelazia do "Alto Solimões".	
15/60	Carlos Saboya	Institui a Medalha do Congresso.	
24/61	Heribaldo Vieira	Dispõe sobre a remoção dos funcionários civis da União e das outras providências.	
44/62	Padre Calazans	Isenta das prescrições da Lei nº 4 090, de 13 de julho de 1962, as instituições de caráter beneficente, cultural e assistencial.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
47/62	Gilberto Mari nho	Dispõe sobre a aquisição, no estrangeiro, de automóveis de passageiros para revenda entre motoristas profissionais.	
54/62	Afrânio Lages	Dá nova redação aos artigos 358 e 1.605 do Código Civil (legitimidade do filho havido fora do matrimônio)	
61/62	Afrânio Lages	Altera dispositivos do Código de Processo Civil e dá outras providências (arts. 14, 82, 158, 169, 170, 178, 257, 294, 890, 827, 904 e 964).	
12/63	Nelson Maculan	Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e dá outras providências.	
29/63	Vasconcelos Tôres	Institui jornada de trabalho de 6 horas, nas empresas de trabalho contínuo, por meio de turnos sucessivos ou de revezamento, e dá outras providências.	
30/63	Vasconcelos Tôres	Dispõe sobre as atividades da indústria farmacêutica, e dá outras providências.	
39/63	Aarão Stein- bruch	Altera a redação do art. 97, do Decreto-lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares) contagem de tempo de serviço).	
89/63	Aarão Stein- bruch	Acrescenta um parágrafo único ao art. 87 do Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho).	
90/63	Arthur Virgí- lio	Declara de utilidade pública a Casa do Trabalhador do Amazonas, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.	
96/63	Eurico Rezende	Dispõe sobre a participação do trabalhador nos lucros das empresas sobre a democratização do capital destas e a participação do trabalhador rural na exploração das propriedades agro-pecuárias.	
113/63	Eurico Rezende	Estende o salário-família a todas as categorias profissionais da cidade e do campo, e dá outras providências.	
133/63	Edmundo Levi	Dispõe sobre o sistema de Previdência Social para os seringueiros da Amazônia, e dá outras providências.	Prejudi- cado
148/63	José Ermírio	Estabelece normas para o consumo de papel de imprensa, pelos jornais editados no país, e dá outras providências.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
6/64	Aarão Steinbruch	Dispõe sobre a inscrição de profissionais Liberais nos Institutos de Previdência Social.	
26/64	Aarão Steinbruch	Dispõe sobre anotação na carteira profissional em caso de reclamação na Justiça do Trabalho.	
39/64	Vivaldo Lima	Dispõe sobre a profissão de protético dentário.	Aprovado. A Câmara.
63/64	Edmundo Levi	Institui Conselho de Recursos destinado a colaborar com o Presidente da República no exame de recursos sobre a aplicação do art. 7º do Ato Institucional, e dá outras providências.	
76/64	Guido Mondin	Dá nova redação ao art. 852 do Código de Processo Civil.	
5/65	Vasconcelos Torres	Declara de utilidade pública a Fazenda Falcão Neto, sediada em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.	
7/65	Faria Tavares	Modifica a forma de pagamento do 13º mês de salário, instituído pela Lei n. 4 090, de 13 de julho de 1962.	
29/65	Bezerra Neto	Eleva o valor do depósito prévio para o fim de recurso na Justiça do Trabalho.	
37/65	Gilberto Marinho	Regula as atividades das agências de viagens e de seus profissionais.	
39/65	Faria Tavares	Estabelece prioridade para estudos de ensino médio gratuito.	
48/65	Vasconcelos Torres	Cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil e dá outras providências.	Rejeitado
5/66	Bezerra Neto	Estende às autarquias estaduais e municipais as normas vigentes sobre prescrição de dívidas passivas e de ações contra a Fazenda Pública.	Aprovado. A Câmara
54/65	Guido Mondin	Altera a redação dos arts. 21 e 23 da Lei nº 3 137, de 13 de maio de 1957, que denomina Instituto Brasileiro do Sal o Instituto Nacional do Sal, dando-lhe nova organização.	
64/65	Bezerra Neto	Estabelece casos de prescrição aquisitivo quanto a bens incorporados ao Domínio da União.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
3/66	Bezerra Neto	Confere atribuições exclusivas ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) para venda de imóveis rurais da União desde que destinados a atividade agro-pecuária, e dá outras providências.	
6/66	Bezerra Neto	Dispõe sobre o desquite amigável e expedição de certidões na fase preliminar de conciliação ou acórdão de que trata a Lei nº 968, de 10 de dezembro de 1949.	
11/66	Bezerra Neto	Estabelece representação obrigatória do Congresso Nacional e de Oficial-General das Forças Armadas, nas Conferências, Assembléias, Congressos ou Reuniões Internacionais dos níveis de Chefes de Estado e Ministros de Estado, nos quais tenha participação os Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências.	
16/66	Bezerra Neto	Estabelece as condições para o funcionamento de entidades especializadas em informações comerciais ou particulares e dá outras providências.	
26/66	Bezerra Neto	Institui normas para o chamamento, pelo município, da população escolar de sete anos de idade, com o fim de matrícula e dá outras providências.	
33/66	Bezerra Neto	Dispõe sobre pagamento de proventos de Servidores Públicos da União, relativo a processos em curso.	Rejeitado
2/67	Heribaldo Vieira	Dispõe sobre os direitos, deveres e reconhecimento dos filhos de qualquer condição.	
5/67	Antonio Balbino	Revoga o art. 48 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967.	
13/67	Vasconcelos Tôres	Altera o § 1º do art. 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964 e acrescenta-lhe novo parágrafo.	
24/67	Cattete Pinheiro Comple- mentar	Estabelece normas para reaquisição dos direitos políticos e regula a concessão da anistia.	
28/67	Vasconcelos Comple Tôres mentar	Regulamenta a aplicação de art. 3º da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
31/67	Vasconcelos Tôrres	Dispõe sobre o salário mínimo dos me- nores, e dá outras providências.	Aprovado À Câmara
35/67	Filinto Müller	Dispõe sobre a multa a que se refere o art. 89 do Código Eleitoral - Lei nº 4 737 de 15 de julho de 1965.	
42/67	Vasconcelos Tôrres	Altera a redação do art. 132 da Con- solidação das Leis do Trabalho.	
46/67	Lino de Mattos	Dispõe sobre a venda de imóveis co- merciais de propriedade da Prefeitu- ra do Distrito Federal e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP)	Rejeitado
54/67	Flávio Brito	Estabelece a Lei do Cooperativismo, e dá outras providências.	
61/67	Josaphat Marinho	Declara integrantes do monopólio da União, a pesquisa, a lavra e a indus- trialização dos xistos oleigenos.	
63/67	Gilberto Marinho	Dispõe sobre a obrigatoriedade de a apresentação de título universitário para o ingresso na carreira de Inspe- tor do Trabalho do Quadro do Ministe- rio do Trabalho e Previdência Social.	
65/67	Lino de Mattos	Dispõe sobre a aposentadoria e o abo- no de permanência em serviço do aerô- nauta e dá outras providências.	Rejeitado
67/67	Vasconcelos Tôrres	Dispõe sobre direitos autorais, e dá outras providências.	
69/67	Eurico Rezende	Regula a instituição de sublegendas, e dá outras providências.	
74/67	Cattete Pinheiro	Dispõe sobre a aposentadoria dos Professores da Prefeitura do Distri- to Federal, e dá outras providências.	
83/67	Atílio Fontana	Considera de utilidade pública a So- ciedade Condiense de Auxílio Fra- terno.	
1/68	Vasconcelos Tôrres	Altera o Decreto-lei nº 73/66, ex- cluindo a obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil aos proprie- tários de veículos automotores de via terrestre.	
7/68	Vasconcelos Tôrres	Descentraliza o Conselho Federal de Educação e dá outras providências.	
4/68	Aarão Steinbruch	Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da Carreira de Enfermeiro.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
8/68	Ney Braga	Altera o Código Tributário Nacional (Lei nº 5 172, de 25 de outubro de 1966), no Capítulo referente à Contribuição de Melhoria; e o Decreto-lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967.	
9/68	Vasconcelos Torres	Altera a redação do § 1º do art. 136, do Decreto-lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis Do Trabalho.	Rejeitado
13/68	Lino de Mattos	Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias.	Rejeitado
17/68	Adalberto Sena	Estende aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal que lidam com Raios X ou substâncias radioativas, as vantagens de redução de tempo para aposentadoria.	
20/68	Ney Braga	Altera a redação do § 4º do art. 9º da Lei nº 5 292, de 8 de junho de 1967.	
24/68	João Abrahão	Retifica a Lei nº 5 358, de 17 de novembro de 1967 - que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968.	Rejeitado
29/68	Arnon de Melo	Regula a participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de jazidas e minas cuja exploração constitui ou venha a constituir monopólio da União.	Rejeitado
28/68	Aarão Stein-Steinbruch	Estabelece limitações ao reajustamento dos alugueres residenciais, e dá outras providências.	Rejeitado
30/68	Lino de Mattos	Dispõe sobre a instalação de fábricas de café solúvel no país, com, pelo menos, 50% de capitais dos produtores de café verde.	
31/68	Vasconcelos Torres	Extingue a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York e dá outras providências.	
32/68	Vasconcelos Torres	Dispõe sobre a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço militar prestado, em operações de guerra, pelos ex-combatentes, segurados da previdência social brasileira.	Rejeitado
33/68	Nogueira da Gama	Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a erigir, na Esplanada dos Ministérios, uma estátua de Tiradentes, o Patrono da Nação Brasileira, e dá outras providências.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
42/68	Lino de Mattos	Regula o processo de carga e descarga do café mediante convênio, e dá outras providências.	
46/68	Nogueira da Gama	Dispõe sobre a contribuição dos profissionais liberais para a previdência social, acrescentando parágrafos ao artigo 77 da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1960. (Lei Orgânica da Previdência Social).	
47/68	Josaphat Marinho	Manda reverter em favor do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que for aposentado pelo Instituto Nacional de Previdência Social a conta individualizada.	
50/68	Rui Palmeira	Autoriza o Poder Executivo a negociar a sucata de ferro existente em depósito nos órgãos de sua administração direta e indireta, para os fins que menciona.	Rejeitado
53/68	Vasconcelos Torres	Altera a redação do § 1º do art.67, da Lei nº 3 807, de 26.8.60 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativamente à data da entrada em vigor dos reajustamentos dos benefícios em manutenção.	Rejeitado
57/68	Vasconcelos Torres	Dispõe sobre a aposentadoria das aeromoças, e dá outras providências.	
59/68	Pereira Diniz	Dispõe sobre a contribuição dos advogados, como trabalhadores autônomos, segurados obrigatórios do Instituto Nacional da Previdência Social.	
60/68	Lino de Mattos	Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias no Distrito Federal.	
63/68	Lino de Mattos	Obriga as fábricas de refrigerantes a exibirem, nos rótulos dos recipientes, a fórmula dos mesmos.	
64/68	Lino de Mattos	Revoga o Decreto-lei nº 284, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu o imposto sobre transporte rodoviário de passageiros, e dá outras providências.	
71/68	Lino de Mattos	Acresce parágrafo a art. da Lei nº 4 504, de 30 de novembro de 1964.	Rejeitado
72/68	Lino de Mattos	Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Piedade, no Município de Piedade, Estado de São Paulo.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
76/68	Josaphat Marinho	Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Federal de Educação.	Rejeitado
78/68	Josaphat Marinho	Proíbe a dispensa do empregado que haja reclamado, ou dado motivo à reclamação, administrativa ou judicial.	
86/68	Sebastião Archer	Dispõe sobre a emissão, pelo Poder Executivo, de uma série de selos comemorativos da obra de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.	Rejeitado
88/68	Lino de Mattos	Altera o item I do art. 3º da Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961 Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	Aprovado. À Câmara.
91/68	Lino de Mattos	Acrescenta parágrafo ao art. 69 da Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Rejeitado
94/68	Mário Martins	Modifica o art. 5º da Lei nº 5 449, de 4 de junho de 1968, e dá outras providências.	
95/68	Lino de Mattos	Reconhece as carteiras escolares expedidas por estabelecimentos estrangeiros de ensino.	
96/68	Lino de Mattos	Fixa os limites das águas territoriais do Brasil.	Rejeitado
98/68	Vasconcelos Torres	Garante vencimentos integrais em caso de licença relativa a doença de filho ou dependente menor, e dá outras providências.	Rejeitado
99/68	Vasconcelos Torres	Dispõe sobre a concessão de auxílio funeral devido por morte do segurado, cônjuge e dependente, alterando a redação do art. 44 da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1960 (redação dada pelo art. 11 do Decreto-lei nº 66, de 1966).	Rejeitado
100/68	Vasconcelos Torres	Altera a redação do item I do art. 11, da Lei nº 3 807 de 1960 (nos termos do art. 3º do Decreto-lei nº 66, de 1966), classificando como dependente de segurado as filhas, de qualquer condição, que vivam sob a sua dependência econômica exclusiva e não possuam qualquer fonte de renda própria.	
101/68	Lino de Mattos	Subordina ao Departamento de Polícia Federal a Polícia Rodoviária Nacional.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
102/68	Lino de Mattos	Fixa normas para o registro e funcionamento de entidades filantrópicas e dá outras providências.	
107/68	Mário Martins	Permite ao segurado em gozo de auxílio-doença, continuar contribuindo para a previdência social, e dá outras providências.	
108/68	Desirê Guarani	Modifica o art. 75 do Código Brasileiro do Ar, no tocante à exploração de serviços aéreos não regulares de carga.	Rejeitado
110/68	Mário Martins	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 4 266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	
113/68	Adalberto Sena	Dispõe sobre financiamento para a aquisição de imóvel residencial através do Banco Nacional de Habitação, Caixa Econômica Federal e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.	
114/68	Nogueira da Gama	Inclui no Plano Rodoviário Nacional as Rodovias "Poços de Caldas - Botelhos-Divisa Nova-Alfenas Usina de Furnas" e dá outras providências.	
118/68	Lino de Mattos	Dispõe sobre o fornecimento de informações ao Departamento Nacional de Saúde (D.N.S.) sobre doenças endêmicas e sobre as determinantes da "causa-mortis",	Rejeitado
122/68	Lino de Mattos	Dispõe sobre o comércio e industrialização de carne animal em locais ou recintos indevassáveis.	Rejeitado
124/68	Lino de Mattos	Dispõe sobre a aquisição de produtos veterinários.	
126/68	Lino de Mattos	Altera o § 5º do art. 8º da Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Rejeitado
128/68	Mário Martins	Acrescenta um parágrafo (9º) ao art. 32 da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1960 - Lei Orgânica da Previdência Social.	
131/68	Ney Braga	Inclui no Plano Nacional de Viação, a Rodovia que liga Pato-Branco-Franco Beltrão-Capanema -, com terminal nas Rodovias BR-158/373 e BR 163, no Estado do Paraná, e dá outras providências.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
132/68	Mário Martins	Considera definitiva, após 5 (cinco) anos de vigência, a aposentadoria por invalidez dos segurados da previdência social, e dá outras providências.	
133/68	Lino de Mattos	Altera a letra "a" do § 2º do art. 93, da Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Rejeitado
134/68	Paulo Torres	Declara de utilidade pública a Previdência Social do Clube Militar (PREVIMIL), com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.	Aprovado. À Câmara.
136/68	Mário Martins	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4 319, de 16 de março de 1964, que criou o Conselho de Defesa da Pessoa Humana.	
137/68	Mário Martins	Permite a visita da Cruz Vermelha Brasileira a detidos ou presos e dá outras providências.	
138/68	Vasconcelos Torres	Altera a redação dos artigos 5º e 7º da Lei nº 3 373, de 12 de março de 1958.	
139/68	Lino de Mattos	Dispõe sobre suplência de senador.	Rejeitado
140/68	Mário Martins	Cria o Fundo de Combate a Incêndios e dá outras providências.	
141/68	Mário Martins	Altera dispositivos das Leis nºs 4 284, de 20.11.63 e 4 937, de 18.3.66, e dá outras providências.	
142/68	Raul Giuberti	Dispõe sobre a comercialização de edulcorantes sintéticos.	Rejeitado
143/68	Filinto Müller	Modifica a Lei nº 4 714, de 29 de junho de 1965, que dispõe sobre o uso da marca de fogo no gado bovino.	
144/68	Lino de Mattos	Altera o art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.	
1/69	Vasconcelos Torres	Proíbe a importação, a produção e a comercialização de adoçantes artificiais no País e dá outras providências.	
2/69	Lino de Mattos	Dispõe sobre as exigências referentes à prevenção e combate contra incêndios, nos edifícios do Distrito Federal, e dá outras providências.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
3/69	Lino de Mattos	Proíbe o emprêgo de produto guimico usado em produtos alimentícios.	Rejeitado
4/69	Lino de Mattos	Dispõe sôbre a retirada e aplicação de depósitos vinculados dos empregados optantes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências.	Rejeitado
5/69	Vasconcelos Tôrres	Dá o nome de "PRESIDENTE COSTA E SILVA" à Ponte Rio-Niterói, em construção.	Aprovado. A Câmara.
6/69	Lino de Mattos	Regula a aquisição de gêneros alimentícios adquiridos no exterior, e dá outras providências.	Rejeitado.
7/69	Vasconcelos Tôrres	Proíbe a utilização de madeiras de lei para transformação de carvão.	Rejeitado
8/69	Vasconcelos Tôrres	Cria, na 1a. Região da Justiça do Trabalho, 10 (dez) Juntas Ambulantes de Conciliação e Julgamento, com o objetivo de tornar rápida e efetiva a Justiça Trabalhista no interior.	
9/69	Vasconcelos Tôrres	Atribui à Justiça do Trabalho a faculdade para determinar, em audiência, a assinatura da Carteira Profissional, e dá outras providências.	Rejeitado
10/69	Vasconcelos Tôrres	Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, uma área de terra a ser desmembrada da Fazenda Experimental de Criação Santa Mônica e dá outras providências.	Rejeitado
11/69	Vasconcelos Tôrres	Cria o Parque Nacional do Mambucada, no vale do rio Mambucada, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Rejeitado
12/69	Vasconcelos Tôrres	Modifica o art. 142, do Decreto - lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	
13/69	Vasconcelos Tôrres	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 4 090, de 13 de julho de 1962, que dispõe sôbre a Gratificação de Natal.	
14/69	Vasconcelos Tôrres	Modifica disposições do Decreto - lei nº 69, de 21.11.66, referentes à agregação de diplomatas a fastados da carreira.	Rejeitado

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
15/69	Vasconcelos torres	Cria a Comissão Nacional de Irrigação e Proteção aos Solos e dá outras providências.	Rejeitado
16/69	Vasconcelos Torres	Dispõe sobre a publicação e distribuição de músicas populares brasileiras e dá outras providências.	
17/69	Adalberto Sena	Estabelece jornada de trabalho do motorista profissional, a serviço dos transportes coletivos de passageiros, e dá outras providências.	
18/69	Vasconcelos Torres	Estabelece novos valores para as multas por descumprimento, por parte dos empregadores, das leis trabalhistas e dá outras providências.	Rejeitado
19/69	Vasconcelos Torres	Assegura ao empregado o pagamento de salários após a rescisão de contrato de trabalho e até a efetiva liberação e regularização dos documentos.	Rejeitado
20/69	Vasconcelos Torres	Submete concessões de energia hidráulica a planejamento geral e dá outras providências.	
21/69	Adalberto Sena	Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar terras e dá outras providências.	Rejeitado
22/69	Vasconcelos Torres	Declara de utilidade pública a Fundação Universitária Sul-Fluminense, com sede em Vassouras.	Aprovado A Câmara
b) <u>desta Sessão Legislativa:</u>			
1/70	Bezerra Neto	Dispõe sobre a audiência do Conselho de Segurança Nacional nas aquisições de áreas rurais liberadas pelo Decreto-Lei nº 924, de 10 de outubro de 1969 e dá outras providências.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
2/70	Bezerra Neto	Dispensa da exigência de lêr e escrever a língua portuguesa, para fins de naturalização, ao estrangeiro chefe de família brasileira.	
3/70	Guido Mondin	Institui o Dia Nacional das Artes.	Aprovado A Câmara
4/70	Julio Leite	Estabelece limite máximo para a cobrança dos direitos autorais e os conexos, relativos a obras litero-musicais divulgadas pelas permissionárias ou concessionárias dos serviços de radiodifusão e radiotelevisão legalmente instaladas no País, e dá outras providências.	
5/70	Lino de Matos	Retifica, sem aumento de despesa, a Lei nº 5 373, de 6 de dezembro de 1 967, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1 968.	Aprovado A Câmara
6/70	Catette Pinheiro	Modifica expressão do Hino Nacional.	
7/70	Sebastião Archer	Inclui na relação descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, a estrada Carolina, MA-Humaitã-AM.	Rejeitado
8/70	Lino de Mattos	Dispõe sobre os livros técnicos e didáticos nos estabelecimentos oficiais e particulares de ensino.	
9/70	Carlos Lindenberg	Dispõe sobre a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, como solicitador Acadêmico.	Rejeitado
10/70	Lino de Matos	Estende a entidades bancárias da administração indireta do Distrito Federal normas sobre consolidação de balanços e orçamentos; subordina-as a controle pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.	Rejeitado
11/70	Lino de Matos	Dispõe sobre o registro de jornalista autônomo, e dá outras providências.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
12/70	Aurélio Vianna	Dispõe sobre a inclusão de cláusula proibitiva de pagamento em contrato de seguro de aeronaves civis, quando houver infringência de dispositivos dos artigos 155 e 156 do Código Brasileiro do Ar.	Rejeitado
13/70	Vasconcelos Tôrres	Restringe o uso da palavra Nacional, na denominação, às sociedades de economia mista com participação majoritária da União.	Rejeitado
14/70	Adalberto Sena	Proíbe a referência à filiação ilegítima nos registros civis das pessoas naturais.	
15/70	Vasconcelos Tôrres	Dá o nome de "Presidente Castello Branco" ao Aeroporto Internacional do Galeão.	
16/70	Vasconcelos Tôrres	Exclui o Latim do currículo do Curso Clássico e do exame vestibular às Faculdades de Direito e de Letras.	Rejeitado
17/70	Bezerra Neto	Regula a fundação de sindicatos e federações rurais no Estado da Guanabara e no Distrito Federal e dá outras providências.	
18/70	Bezerra Neto	Declara a localidade de Porto Esperança, Município de Corumbá como porto de exportação do café produzido em Mato Grosso, e dá outras providências.	
19/70	Lino de Matos	Faculta aos deficientes de visão o ingresso no serviço público federal e dá outras providências	Rejeitado
20/70	Vasconcelos Tôrres	Declara de utilidade pública o Grupo de Promoção Humana - G.P.H. -, com sedeno Bairro do Congo, Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.	
21/70	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a abrir, em favor da Secretaria de Serviços Públicos, o crédito especial de Cr\$280.000,00 para fim que especifica.	APROVADO À Sanção

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
22/70	Josaphat Marimho e outros	Denomina "Conjunto Petroquímico Oscar Cordeiro" o atual Conjunto Petroquímico da Bahia.	
23/70	Aurêlio Vianna	Dispõe sobre a inclusão dos servidores municipais no regime de previdência social do INPS, alterando a redação do item I, do art. 3º da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1 960, e dando outras providências.	
24/70	Aurêlio Vianna	Dispõe sobre o afastamento de funcionário público candidato a cargos eletivos.	REJEITADO
25/70	Aurêlio Vianna	Altera a redação do artigo 6º do Decreto-Lei nº 2 162, de 19 de maio de 1 940.	
26/70	Júlio Leite	Estabelece limite máximo para a cobrança de taxas nos estabelecimentos de ensino superior, e dá outras providências.	
27/70	Vasconcelos Torres	Inclui os preconceitos de sexo e de crença religiosa entre as contravenções penais mencionadas na Lei nº 1 390, de 3-7-51 e modifica o sistema de multas previsto no diploma.	REJEITADO
28/70	Ruy Carneiro	Cria o Serviço Nacional Obrigatório e dá outras providências.	
29/70	Aurêlio Vianna	Estabelece normas para o pagamento da pensão prevista na Lei nº 4 656, de 2 de junho de 1 965, aos beneficiários dos empregados de sociedades de economia mista, demitidos em consequência dos Atos Institucionais editados a partir de 9 de abril de 1 964, e dá outras providências.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
30/70	Poder Executivo	Declara extinta a participação de servidores públicos do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal na cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal e dá outras providências.	Aprovado A Sanção
31/70	Vasconcelos Tórres	Fixa idade limite para investidura em cargo de Ministro nos Tribunais Superiores da União e dá outras providências.	
32/70	Vasconcelos Tórres	Altera o inciso VII, da art. 942, do Decreto-Lei número 1.608, de 18 de setembro de 1.939 - Código de Processo Civil).	Rejeitado
33/70	Poder Executivo	Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1971.	Aprovado A Sanção
34/70	Bezerra Neto	Institui Bôlsa de Ensino no programa do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, e dá outras providências.	Rejeitado
35/70	Gilberto Marinho	Releva a prescrição de direito de ex-combatentes e de pensionistas militares que participaram da II Guerra Mundial.	
36/70	Bezerra Neto	Dispõe sobre a exclusão da empresa rural na desapropriação por interesse social, e dá outras providências.	
37/70	Bezerra Neto	Fixa prazo para a resposta a pedido de informações, nos processos de "Habeas Corpus" e dá outras providências.	Rejeitado
38/70	Lino de Mattos	Altera o Decreto-Lei número 1000, de 2º de outubro de 1969. - Art. 53 -.	
39/70	Josaphat Marinho	Modifica os Decretos-leis nºs 314 de 13 de março de 1967, e 510 de 20 de março de 1969.	
40/70	Poder Executivo	Dispõe sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
41/70	José Ermírio	Declara de utilidade pública a Congregação dos Missionários Discípulos da Santíssima Trindade, com sede em Caetés, Estado de Pernambuco.	
42/70	Catette Pinheiro	Dispõe sobre a concessão de prioridade para empreendimentos ligados ao plantio e replantio de seringueiras, castanheiras e dendezeiros ao longo das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, e dá outras providências.	
43/70	Lino de Mattos	Altera o Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	
44/70	Mello Braga	Autoriza a emissão de uma série de selos comemorativos em homenagem ao Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, herói da batalha do Itararé.	
45/70	Poder Executivo	Fixa os efetivos da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	Aprovado à Sanção.
46/70	Comissão Diretora	Concede aumento de vencimentos aos servidores da Secretaria do Senado Federal e dá outras providências.	Aprovado à Câmara
47/70	Victorino Freire	Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - SCS - com sede em Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo.	
48/70	Vasconcelos tórres	Cria a Universidade Federal do Norte do Estado do Rio, federaliza as Faculdades de Direitos, de Filosofia e de Medicina de Campos, e dá outras providências.	
49/70	Vasconcelos Tórres	Cria a Universidade Federal da Baixada Fluminense, compreendendo os Municípios de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Itaguaí e Magé, no Estado do Rio, e dá outras providências.	
50/70	Poder Executivo	Reajusta os vencimentos dos funcionários dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.	Aprovado à Sanção

G.2- PROJETOS DE LEI DO SENADO APRECIADOS PELA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram 14 os Projetos de Lei do Senado apreciados pela Câmara dos Deputados, conforme vai abaixo discriminado:

PRONUNCIAMENTO DA CÂMARA

Aprovados	1
Rejeitados	13
Devolvidos com emendas	-

G.3 - PRONUNCIAMENTO DO SENADO SÔBRE EMENDAS DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprovadas

Aprovadas	4
-----------------	---

G.4- PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

EM CURSO NO SENADO NA SES
SÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DE 31.3 A 30.11.70.

a) de sessões legislativas anteriores:

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
198/50	1035-D/48	17.7.50	Regula o regime das empresas concessionárias de serviços públicos.	
27/52	764-B/51	18.1.52	Regula a emissão e circulação de cheques.	
57/52	693-B/51	17.3.52	Revoga os Decretos-leis nºs. 6 688, de 13 de julho de 1944 (Lei da Mobilização Industrial) 7 265, de 24 de janeiro de 1945, 8 363, de 31 de dezembro de 1945 e 9 778, de 6 de setembro de 1946.	Rejeitado
62/52	113-B/49	18.3.52	Reajusta as dívidas dos seringueiros financiados pelo Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências.	
132/52	1031-B/50	11.6.52	Revoga o Decreto-lei nº 5784, de 30 de agosto de 1943, que anexou a Estrada de Ferro Maricá a Est.Fer.Central do Brasil.	
333/52	1039-D/48	25.11.52	Dispõe sobre a participação do trabalhador nos lucros da empresa.	
140/53	1376-C/51	18.6.53	Modifica dispositivos das Leis ns. 86, de 8 de setembro de 1947, e 1 184, de 30 de agosto de 1950, e dá outras providências.	
39/55	1481-A/51	29.1.55	Altera disposições do Decreto-lei nº 1 608, de 18.9.1939 (Código do Processo Civil).	
333/56	3311-B/53	19.11.56	Regula o casamento de cabos e soldados do Exército, estendendo-lhes os benefícios do art. 102, alínea "b", nº 3, do Estatuto dos Militares (Decreto-lei nº 9 698, de 2 de setembro de 1946).	
28/58	238-C/55	11.4.58	Define, regula e atualiza a proteção ao direito do autor.	
65/58	545-C/55	5.5.58	Dispõe sobre a transferência para o serviço da União, como extranumerários, do pessoal para obras, brasileiro, empenhado na construção do trecho ferroviário Rio Negro - Bento Gonçalves do Tronco Principal Sul.	

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
82/58	2425-D/52	21.5.58	Restabelece a Polícia Militar do Território do Acre, e dá outras providências.	Rejeitado
168/58	3694-B/58	25.11.58	Prorroga o prazo para abertura do crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00 de que trata a Lei nº 2 925, de 21.10.56, para reconstrução dos edifícios em que funcionavam as obras educacionais e sociais da Paróquia de Iraputã, Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.	
212/58	1279-B/56	18.12.58	Estende aos funcionários ou empregados do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e dos Conselhos Regionais os benefícios de que gozam, ou venham a gozar, os funcionários civis da União.	Rejeitado
1/59	3967-B/58	20.1.59	Unifica as carreiras de Engenheiro e de Engenharia de Aeronáutica do Quadro Permanente do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.	Rejeitado
74/59	325-D/59	5.10.59	Dispõe sobre a correção do valor original dos bens do ativo das empresas de energia e elétrica, e dá outras providências.	
168/59	2730-B/57	24.11.59	Modifica o art. 1º da Lei nº 2 839, de 2.8.56. (cancelamento de penalidades do pessoal dos Ministérios, Entidades Autárquicas e paraestatais).	
161/61	2560/60	22.11.61	Exclue do art. 4º a alínea X da Lei nº 3 782, de 22.7.60, que cria os Ministérios da Indústria e Comércio e das Minas e Energia.	
67/62	55/59	15.6.62	Estabelece a data a partir da qual deverá ser contado o prazo de vinte anos, a que se refere o art. 199 da Constituição, para execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e dá outras providências.	
120/63	466-B/63	26.11.63	Altera a redação do art. 870, do Código de Processo Civil, permitindo que o preparo de recurso, originário de comarca diversa daquela em que está situada a superior instância, seja efetuado no próprio Juízo ou Tribunal "ad quem".	

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
19/64	3667/58	16.4.64	Cria o Quadro do Magistério do Exército (QME) e dá outras providências.	Rejeitado
2/65	1484-B/63	10.2.65	Dispõe sobre o Sistema de Mérito no Serviço Civil Brasileiro.	
4/65	1483-B/63	17.2.65	Reorganiza o sistema de material do Serviço Público Federal, e dá outras providências.	
6/65	4256-C/62	9.3.65	Dispõe sobre multas aos infratores da legislação de proteção ao trabalho.	
106/65	182-A/63	31.5.65	Altera o art. 134 do Código de Processo Civil.	
185/65	282-B/63	16.9.65	Cria o Fundo de Assistência e Previdência do Seringueiro e dá outras providências.	Prejudicado
242/65	2796-A/65	22.10.65	Assegura franquia postal, e telegráfica aos parlamentares, e dá outras providências.	Rejeitado
106/66	314-B/63	16.5.66	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	
192/66	3746-A/66	10.8.66	Dispõe sobre a remessa de documentos gráficos e áudio visuais à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e à Biblioteca da Câmara dos Deputados, em Brasília, e dá outras providências.	
300/66	3395-B/53	20.12.66	Facilita aos Agrônomos e Veterinários, que se estabelecerem em zona rural, assistência econômica, por meio de empréstimos preferenciais a longo prazo.	
48/67	2920-B/65	18.4.65	Modifica o § 2º do art. 7º da Lei nº 3.276, de 5 de outubro de 1957, que dispõe sobre créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste e regula a forma de pagamento de prêmio pela construção de açudes em cooperação, e dá outras providências.	
66/67	111-C/67	5.6.67	Fixa datas para a realização das convenções para eleição da Diretoria Nacional dos Diretores Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências.	Aprovado. À Sanção.
146/67	245-B/67	29.11.67	Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e sobre abono de faltas não justificadas e dá outras providências.	Rejeitado

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
61/68	3486/66	7.5.68	Fixa período para substituição dos livros didáticos nas escolas de grau médio.	
70/68	576/67	20.5.68	Altera a redação do art. 17, do Decreto nº 2 681, de 7 de dezembro de 1912, que regula a responsabilidade civil das Estradas de Ferro.	
92/68	3644/66	28.6.68	Doa ao Município de Matelândia, Estado do Paraná, área pertencente à União, integrante do Parque Nacional da Foz de Iguaçu.	
99/68	73/67	22.7.68	Dá nova redação ao § 1º do art. 55 da Lei nº 4728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.	Rejeitado
100/68	3339/65	22.7.68	Inclui na categoria de trabalhadores autônomos, para fins de previdência social, os guardas-noturnos mantidos por instituições particulares.	Rejeitado.
113/68	1044/68	12.8.68	Autoriza a Associação Rural de Arroio do Meio a transferir, gratuitamente, propriedade imóvel à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.	Aprovado. A Câmara.
119/68	115/68	12.8.68	Reconhece a profissão de Sociólogo e dá outras providências.	
123/68	3581/66	21.8.68	Modifica o art. 17, da Lei nº 4 594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros.	Rejeitado
124/68	498/67	21.8.68	Dá nova redação ao art. 826 do Código de Processo Civil.	
131/68	47-A/68	6.9.68	Regula o disposto nos arts. 16, § 1º, e 176, da Constituição do Brasil.	
138/68	1218/68	2.10.68	Inclui no Plano Nacional de Viação, catalogada como BR-488, a Rodovia Capão Bonito-Itapeva - Itararé (SP), Jaguariava - Piraí do Sul-Castro e Ponta Grossa com terminal nas rodovias BR-277 e BR-153, em Itaty -PR, e dá outras providências.	Rejeitado
143/68	951/68	4.10.68	Estende aos servidores ativos e inativos da Casa da Moeda os benefícios da Lei nº 5.183, de 1º de dezembro de 1966.	Prejudicado

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
148/68	75-B-67	10.10.68	Dispõe sobre o emprêgo, pela indústria, da palavra sêda e seus compostos.	Aprovado. A Sanção.
153/68	581/67	14.10.68	Modifica a denominação de cargos do Quadro do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	Rejeitado
154/68	1255/68	14.10.68	Equipara, aos segurados autônomos do INPS, os ministros de confissão religiosa e membros da Congregação religiosa facultativa, e dá outras providências.	Rejeitado
155/68	3631/66	17.10.68	Modifica o § 2º do art. 51 da Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Rejeitado
156/68	1177/68	17.10.68	Altera a alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados para o conhaque de vinho e dá outras providências.	Rejeitado
159/68	4018/66	23.10.68	Manda aplicar aos ferroviários nomeados antes da Lei nº 3115, de 16 de março de 1957, os dispositivos da Lei nº 1 711, de 28.10.52 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Rejeitado
162/68	1363/68	23.10.68	Regula a indenização aos dependentes, e dá outras providências.	
166/68	934/68	30.10.68	Acrescenta parágrafo ao art. 156 do Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943-Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado
173/68	773/B/67	7.11.68	Dispõe sobre as prescrições das infrações de natureza fiscal, e dá outras providências.	Rejeitado
175/68	695/67	8.11.68	Dispõe sobre os incentivos fiscais para empreendimentos de florestamento e reflorestamento.	
176/68	2962/65	8.11.68	Institui o "Dia Nacional de Relações Públicas".	Rejeitado
178/68	476/67	28.11.68	Acrescenta parágrafo único ao art. 248 do Decreto n.4857, de 9 de novembro de 1939, que dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil.	

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
179/68	792-B/67	28.11.68	Erige em monumento histórico e artístico nacional a Cidade de Cananéia, no Estado de São Paulo.	Rejeitado
180/68	3576/66	28.11.68	Dispõe sobre o comércio de lentes de contato e o exercício da profissão dos respectivos técnicos.	Aprovado à Câmara
181/68	620-C/67	28.11.68	Autoriza o Poder Executivo a dar, em comodato, à Sociedade Brasileira de Belas Artes, imóvel situado na Rua do Lavradió, nº 84, no Estado da Guanabara.	
182/68	725-B/67	28.11.68	Altera a redação do inciso XI do art. 84 da Lei nº 4 215, de abril de 1963. - Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Aprovado à Câmara
183/68	257-B/67	28.11.68	Reconhece como de grau superior, ao nível de graduação, os estudos realizados em Seminários Maiores católicos ou em estabelecimentos equivalentes de outras confissões religiosas.	Rejeitado
184/68	3116/61	28.11.68	Permite as brigas de galos ou quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie, ou espécies diferentes, e dá outras providências.	Rejeitado
185/68	1196/68	28.11.68	Retifica a redação do § único do art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho.	
186/68	1637/68	28.11.68	Passa a integrar o Plano Rodoviário Nacional o traçado da Rodovia Estadual PA-70, do Estado do Pará.	
187/68	714/B/67	28.11.68	Concede financiamento aos motoristas profissionais de caminhão para aquisição de veículo próprio, através das Caixas Econômicas Federais, com a intermediação do INPS, e dá outras providências.	Rejeitado
188/68	678-B/67	28.11.68	Dá nova redação do art. 891, do Código de Processo Civil.	
189/68	1387/68	28.11.68	Manda contar como tempo integral de serviço, para efeito de aposentadoria e promoção por antiguidade, o período de licença para tratamento de saúde concedido ao funcionário público.	Rejeitado

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
190/68	880-B/68	28.11.68	Determina, para revisão dos proventos de aposentadoria, bases idênticas às adotadas para o reajuste dos vencimentos dos funcionários em atividade.	
191/68	249-A/67	28.11.68	Cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 2a. Região, e dá outras providências.	
192/68	605-B/67	28.11.68	Acrescenta § ao art. 89 do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.	
193/68	1887/68	28.11.68	Retifica o detalhamento do Projeto do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1a. Região, constante da Lei nº 5 373, de 8 de dezembro de 1967.	Prejudicado.
194/68	3228/65	28.11.68	Dispõe sobre a garantia recíproca entre proprietário e arrendatário de seringueira, na Amazônia, visando a intensificação, em grande escala, da cultura seringueira.	
199/68	1685/68	5.12.68	Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.	Rejeitado.
204/68	306/67	6.12.68	Altera dispositivos do Código de Processo Civil. (Arts. 120, 225, 254, 257 e outros).	
206/68	53-C/67	9.12.68	Dá nova redação ao art. 833, do Código de Processo Civil.	
207/68	1075/68	9.12.68	Dispõe sobre a condenação dos empregadores ao pagamento de honorários advocatícios, na Justiça do Trabalho.	
208/68	1032/68	9.12.68	Modifica a redação do art. 89 e seu § 2º, da Lei nº 4 069-A de 12 de junho de 1962, que cria a Fundação Universidade do Amazonas, e dá outras providências.	Rejeitado
209/68	916/63	13.12.68	Conta em dobro o tempo de serviço efetivamente prestado em Brasília, por servidores do Poder Executivo, civis e militares, no período compreendido entre 21 de abril de 1960 e 21 de abril de 1962.	Rejeitado
210/68	3697/66	13.12.68	Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes, a doar aos municípios, onde se localizavam, os imóveis pertencentes à União e que serviram a ramais ferroviários extintos.	

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
1/69	1180-B/59	5.11.69	Isenta do pagamento de foros, taxas de ocupação e aluguel os terrenos de marinha, acrescidos ou próprios nacionais, aforados ou ocupados pelas Santas Casas de Misericórdia.	Rejeitado
2/69	88/67	5.11.69	Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 3807, de 26 de agosto de 1960 - Lei Orgânica da Previdência Social. (Cômputo de período de contribuição pagas em dobro para aposentadoria).	Aprovado à sanção
4/69	2235-C/64	10.11.69	Torna privativo das entidades estatais o uso de denominação que incluía o afixo "BRAS".	Rejeitado
5/69	52/67	10.11.69	Altera o art. 11, do Decreto-lei nº 1 608, de 18 de setembro de 1939 - Código de Processo Civil.	
6/69	475/67	10.11.69	Autoriza, em decorrência do Tratado de Amizade e Consulta, o Poder Executivo a emitir um selo postal, comemorativo do Dia da Comunidade Luso-Brasileira, e dá outras providências.	Rejeitado
7/69	688/67	10.11.69	Dá nova redação ao art. 64, do Decreto-lei nº 3688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais.	
8/69	526/63	13.11.69	Altera o art. 873 da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de permitir revisão das decisões que fixarem condições de trabalho.	Rejeitado
9/69	2503/65	13.11.69	Altera o inciso II do art. 134 e o art. 141 do Código Civil. (Contratos constitutivos ou translativos).	
10/69	4021/66	17.11.69	Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, imóveis rurais localizados no município de Atalaia, no Estado de Alagoas, para utilização da área, como campo de instrução militar, pelo 20º Batalhão de Caçadores e Guarnição Federal de Maceió, e dá outras providências.	
11/69	1408/68	21.11.69	Autoriza a venda, na forma da legislação em vigor, de lote urbano de propriedade da União, situado na Cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.	Rejeitado
12/69	608/67	21.11.69	Dá nova redação ao art. 102, do Decreto-lei nº 7 661, de 21.6.45 (Lei de Falências).	
13/69	1069/68	21.11.69	Revoga o art. 839 do Código de Processo Civil, e dá outras providências.	

SF	CD			
16/69	2069/69	25.11.69	Dispõe sôbra as honras e prerrogativas do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.	Aprovado À Câmara
17/69	704/67	25.11.69	Reorganiza os Quadros dos Serviços Auxiliares do Superior Tribunal Militar, previstos na Lei nº 4 083, de 24.6.62, e dá outras providências.	Rejeitado
21/69	1667/68	28.11.69	Altera dispositivos da Lei n.5433 de 8/5/68, que regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.	Rejeitado
23/69	890/68	27.11.69	Fixa horário de trabalho dos Registros Públicos e dá outras providências.	Rejeitado
24/69	738/67	28.11.69	Concede isenção dos impostos de importação e de produtos industrializados para as mercadorias doadas pela General Conference of Seventh Day Adventists e USAID, dos Estados Unidos da América, à Confederação das Uniões Brasileiras da Igreja Adventista do Sétimo Dia.	Rejeitado

b) desta sessão legislativa:

1/70	2066/69	6.4.70	Estende aos ocupantes interinos de cargos de Tesouraria amparados pelo art. 50 da Lei nº 4242, de 17.7.63, o disposto no art.1º do Decreto-lei nº 146, de 3 de fevereiro de 1967.	Aprovado À Sanção
2/70	1381-B/68	9.4.70	Estende a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Londrina às Cidades de Ibiporã e Cambé, no Estado do Paraná.	Aprovado À sanção
3/70	1595-B/68	9.4.70	Altera a redação do art.520 do Decreto-lei nº 1 608, de 18 de setembro de 1939, que institui o Código de Processo Civil.	Rejeitado
4/70	450-B/67	20.4.70	Modifica o § 2º do art. 10 da Lei nº 4 947, de 6 de abril de 1966, o § 2º do art. 11 do Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências.	Aprovado À Câmara
5/70	2095/70	22.5.70	Transfere a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Maragogipe, Estado da Bahia, pertencente à 5a. Região, para o Município de Salvador, no mesmo Estado.	Aprovado À Sanção
6/70	2131/70	3.6.70	Altera a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, que institui nova carteira de identidade para estrangeiros, e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
7/70	2119/70	4.6.70	Autoriza o Poder Executivo a subcrever ações do aumento de capital de Aços Finos Piratini S.A., altera os arts. 8º e 10º da Lei nº 3972, de 13.10.61 e dá outras providências.	Aprovado À Sanção

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF.	CD			
8/70	2.135/70	4.6.70	Dã nova redação à alínea "p" do art. 1º da Lei nº 5 376, de 7.12.67, que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz.	Aprovado. A Sanção.
9/70	2132/70	10.6.70	Estende aos servidores das autarquias da União, de suas empresas públicas e de suas sociedades de economia mista, que tiverem sido ou vierem a ser aposentados com fundamento no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, disposições do Decreto-lei nº 290, de 28 de fevereiro de 1967.	Aprovado. A Sanção.
10/70	2094/70	11.6.70	Faculta às empresas permissionárias de refino de petróleo a adoção da forma "ao portador" para as ações preferenciais do respectivo capital social.	Aprovado. A Sanção.
11/70	1070/B/68	22.6.70	Modifica o § 5º do art. 52 da Lei nº 5 108, de 21 de setembro de 1966 - Código Nacional do Trânsito.	Rejeitado
12/70	1058/68	2.7.70	Dispõe sobre a cobrança de dívidas fiscais e dá outras providências.	Rejeitado
13/70	1474/68	3.7.70	Altera a redação do § 1º do art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho.	
14/70	2177/70	3.7.70	Dispõe sobre a instituição do regime especial de trabalho para servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que participarem diretamente da execução do VIII Recenseamento Geral do Brasil e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.
15/70	2174/B/70	10.7.70	Dã nova redação ao art. 12 e ao caput do art. 23 da Lei n. 4513, de 1º de dezembro de 1964, que autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.
16/70	333/67	10.7.70	Dã nova redação ao art. 1061, do Código Civil Brasileiro - Lei nº 3071, de 1º de janeiro de 1916.	

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
17/70	2178-B/70	15.7.70	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a celebrar contrato de serviços técnicos com o Consórcio Nacional de Planejamento Integrado-CNPI - e dá outras providências.	Aprovado. À Sanção
18/70	2064-B/69	20.7.70	Dá a denominação de "Via Dom Bosco" à BR-030, do Plano Nacional de Viação.	Aprovado. À sanção.
19/70	1932-B/68	20.7.70	Altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 212, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre medidas de segurança sanitária do País.	Rejeitado
20/70	2190/70	23.7.70	Concede pensão especial à Dona RAMONA SANTOS DE VARGAS, viúva de Alvício de Vargas, morto no cumprimento do dever e dá outras providências.	Aprovado. À Sanção.
21/70	2196/70	24.7.70	Altera o início da vigência do Código Penal.	Aprovado. À Sanção.
22/70	2093-B/70	28.7.70	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal de Mato Grosso e dá outras providências.	Aprovado à Câmara
23/70	2192-B/70	28.7.70	Inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos o Projeto de Crédito Rural Orientado.	Aprovado. À Sanção.
24/70	2075-B/69	30.7.70	Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 3200, de 19.4.41, alterado pela Lei nº 2514, de 27.6.55, que dispõe sobre bem de família.	
25/70	2193-B/70	30.7.70	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública "Hospitais Clínicas de Porto Alegre" e dá outras providências.	Aprovado. À Sanção.
26/70	2082/69	6.8.70	Dá a denominação de "Rodovia Manoel da Costa Lima" a trechos de rodovias que indica.	Aprovado à sanção
27/70	2037/68	10.8.70	Institui o "Dia do Administrador".	Rejeitado
28/70	2215/70	10.8.70	Regula a interveniência de corretores nas operações de câmbio.	Aprovado. À Sanção.
29/70	1977/68	14.8.70	Torna obrigatória a ornamentação de estradas federais por árvores frutíferas.	Rejeitado
30/70	443/67	14.8.70	Torna obrigatória a colocação da efígie de Santos Dumont nos aviões das companhias aéreas nacionais.	
31/70	4045/66	28.8.70	Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, e dá outras providências.	

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
32/70	3338/61	28.8.70	Estende a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Estância, Sergipe.	Rejeitado
33/70	2264/70	31.8.70	Altera a Lei nº 5 581, de 26 de maio de 1970, que estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970 e dá outras providências.	Aprovado. À Sanção
34/70	376/61	31.8.70	Autoriza o Poder Executivo a doar próprio federal à Prefeitura Municipal de Birigui, no Estado de São Paulo.	Rejeitado
35/70	2260/70	4.9.70	Regulamenta o art. 144, § 5º, da Constituição, e dá outras providências.	Aprovado à Câmara
36/70	1102/63	4.9.70	Altera dispositivos do art. 484 do Código de Processo Penal.	
37/70	2259/70	9.9.70	Autoriza a doação de imóvel que menciona, situado na cidade de Quixeramobim, no Estado do Ceará, e dá outras providências.	Aprovado à Sanção
38/70	2216/70	9.9.70	Dispõe sobre a opção dos ervidores federais em exercício na Junta Comercial do Estado da Guanabara.	Aprovado à Sanção
39/70	2217/70	9.9.70	Autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a doar o Hospital Henrique Lage ao Município de Lauro Müller, Estado de Santa Catarina.	Aprovado à Sanção
40/70	2250/70	24.9.70	Dispõe sobre capitais mínimos para as Sociedades Seguradoras e dá outras providências.	Aprovado à Câmara
41/70	2263/70	24.9.70	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.	Aprovado à sanção
42/70	2268/70	24.9.70	Dispõe sobre o Cadastro Geral de Contribuintes (C.G.C.).	Aprovado à sanção
43/70	2223/70	29.9.70	Concede isenção de impostos aos aviões agrícolas importados e dá outras providências.	Aprovado. À Sanção.
44/70	2105/70	29.9.70	Atribui competência residual à Justiça do Trabalho para o processamento e julgamento das ações trabalhistas propostas contra a União, autarquias e empresas públicas federais, ajuizadas até 29 de outubro de 1969.	
45/70	2252/70	29.9.70	Fixa novo valor para a tarifa adicional criada pela Lei nº 909, de 8 de novembro de 1949, em favor da Federação das Sociedades de Defesa Contra a Lepre.	Aprovado. À Sanção.

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
46/70	2357/70	26.11.70	Concede aumento de vencimentos aos funcionários da Câmara dos Deputados e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
47/70	2355/70	26.11.70	Concede aumento de vencimentos aos funcionários das Secretarias e Serviços Auxiliares dos Órgãos do Poder Judiciário da União e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
48/70	2346-A/70	26.11.70	Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
49/70	2347-A/70	26.11.70	Prorroga, até 31 de dezembro de 1972, o prazo previsto no artigo 6º da Lei nº 4.813, de 25 de outubro de 1965, alterado pelo Decreto-lei nº 447, de 3 de fevereiro de 1969, e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
50/70	2349-A/70	26.11.70	Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º do Decreto - Lei 1 073, de 9 de janeiro de 1970.	Aprovado À Sanção
51/70	2353-A/70	26.11.70	Altera disposições do Decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre a reorganização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, autoriza a subscrição de ações do referido estabelecimento e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
52/70	2354-A/70	26.11.70	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário-Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 3a.Região, o crédito especial de Cr\$64.000,00, para o fim que especifica.	Aprovado À Sanção
53/70	2343-A/70	26.11.70	Dispõe sobre o processo e julgamento das ações trabalhistas de competência da Justiça Federal, e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
54/70	2297-A/70	26.11.70	Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
55/70	2356-A/70	26.11.70	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar utilizando como recurso o excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício e dá outras providências.	Aprovado À Sanção

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
SF	CD			
56/70	2309-A/70	26.11.70	Complementa o Decreto-lei nº 232, de 28 de fevereiro de 1967, que "Faz doação à Academia Brasileira de Letras do imóvel situado na Avenida Presidente Wilson, nº... 231, no Estado da Guanabara.	Aprovado. A Sanção.
57/70	2352-A/70	26.11.70	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Comunicações em favor do Gabinete do Ministro o crédito especial de Cr\$ 150 000,00 para o fim que especifica.	Aprovado. A Sanção.
58/70	2296-A/70	27.11.70	Dispõe sobre a ampliação da carreira de Procurador da República do Quadro do Pessoal do Ministério Público Federal, e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.
59/70	2201-A/70	27.11.70	Altera a redação do art. 23 e seus parágrafos da Lei nº 4 878, de 3 de dezembro de 1965, que "Dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.	Aprovado. A Sanção.
60/70	2298-A/70	27.11.70	Estabelece normas para a criação de órgãos de primeira instância na Justiça do Trabalho e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.
61/70	70/70	27.11.70	Dá nova redação ao art. 10 do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.
62/70	2301-B/70	27.11.70	Cria na Justiça do Trabalho das 6a. e 7a. Regiões 20 Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.
63/70	820-C/67	27.11.70	Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimento de assistência social e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.
64/70	69-A/70	27.11.70	Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e dá outras providências.	Aprovado. A Sanção.
65/70	2344-B/70	27.11.70	Estabelece gratificação para os Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos.	Aprovado. A Sanção.

Nº		LEITURA	EMENTA	RESULTADO
<u>SF</u>	<u>CD</u>			
66/70	2303-A/70	27-11-70	Cria na Justiça do Trabalho das 1a. e 3a. Regiões 19 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
67/70	2351-A/70	27-11-70	Altera os artigos 27 e 35 da Lei nº 5517, de 23-10-68, que dispõe sobre o exercício da profissão de médico veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.	Aprovado À Sanção
68/70	2226-B/70	27-11-70	Dá nova redação aos artigos 817 e 830 do Código Civil.	Aprovado À Sanção
69/70	2302-B/70	27-11-70	Cria na Justiça do Trabalho das 2a. e 5a. Regiões 16 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.	Aprovado À Sanção
70/70	2350-A/70	27-11-70	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário-Justiça Militar, em favor da 3a. Auditoria de Guerra da 3a. Região Militar e Auditoria de Guerra da 10a. Região Militar o crédito especial de Cr\$. 21.180,00 para o fim que especifica.	Aprovado À Sanção
71/70	2305/70	27-11-70	Cria na Justiça do Trabalho das 4a. e 8a. Regiões 19 Juntas de Conciliação e Julgamento e dá outras providências.	Aprovado À Sanção

G.5- EMENDAS DO SENADO APRECIADAS PELA CÂMARA

A Câmara dos Deputados se pronunciou sobre emendas do Senado a vários Projetos daquela Casa. Os resultados foram:

<u>RESULTADO</u>	<u>EMENDAS</u>	<u>SUBSTITUTIVOS</u>
Aprovadas	3	3
Rejeitadas	-	-

G.6 - PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO
a) de Sessões Legislativas anteriores

Em curso do Senado na
Sessão Legislativa de
3^a.3 a 30.11.70

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
<u>SF</u>	<u>CD</u>			
40/54	4334A/54	Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato de compra e venda celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Verônica Carlini e outros, para e fêtição da desapropriação de áreas, com benfeitorias, situadas na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.	30-7-54	
10/60	37/60	Considera objeto de tratado a matéria das Notas Reversais N ^o s 1, 2, 6 e 7, trocadas entre os Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia, em La Paz, a 29 de março de... 1958.	11-11-60	
3/65	196-A/64	Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que negou registro ao contrato celebrado em 18 de dezembro de 1951, entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma S. Manela & Cia. Ltda., para execução de obras na Escola Agrotécnica "Visconde da Graça", em Pelotas Estado do Rio Grande do Sul.	19 3-65	
60/65	178-B/65	Cria a Biblioteca do Congresso Nacional e dá outras providências.	10-12-65	
5/67	287-A/66	Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do contrato de locação celebrado entre a Delegacia Regional do Imposto de Renda de Maceió no Estado de Alagoas e o Senhor Joaquim Antônio de Castro.	21-1-67	

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
<u>SF</u>	<u>CD</u>			
13/67	303/67	Mantêm decisão do Tribunal de Contas da União denegatória de registro do contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montreal - Montreal Organização Industrial e Econômica S/A.	7.4.67	
7/68	215/65	Mantêm ato denegatório do Tribunal de Contas, de registro de despesa de NCr\$ 1.980,00 em favor da Companhia Fabricadora de Papel, proveniente de fornecimento feito à Casa da Moeda.	1.2.68	
13/68	307/67	Aprova o texto do Convênio de Intercâmbio Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, aos 5 de julho de 1966.	21.2.68	
3/69	72/68	Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, referente ao pagamento da despesa de NCr\$ 5.698.19, em favor da Companhia Fábio Bastos, Comércio e Indústria.		

b) desta Sessão Legislativa:

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
<u>SF</u>	<u>CD</u>			
1/70	100/69	Denega provimento a re- curso do Tribunal de Contas da União a fim de ser regis- trada despesa em favor da M. Damásio - Comércio e Indús- tria Ltda., proveniente de material fornecido à Superin- tendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	14-4-70	DL-36/70
2/70	101/70	Autoriza o Presidente da Re- pública Federativa do Brasil a ausentar-se do País. (no dia 11-4-70, para se encon- trar com o Presidente do Uru- guai, na inauguração oficial do asfaltamento do trecho... Quinta-Chui da rodovia núme- ro BR-421).	16-4-70	DL-1/70
3/70	102/70	Aprova o Decreto-lei número 1.070, de 3 de dezembro de 1969, que dispõe sôbre nor- mas para contratos de cons- trução de navios e embarca- ções do Ministério da Marin- ha.	28-4-70	DL-2/70
4/70	103/70	Aprova o Decreto-lei nº1.084 de 6 de fevereiro de 1970, que extingue a Comissão Geral de Inquérito Polícia-Militar, e dá outras providências.	28-4-70	DL-3/70
5/70	104/70	Aprova o Decreto-lei nº1082, de 5 de fevereiro de 1970, que prorroga o prazo concedi- do ao Conselho de Política A- duaneira para aprovação dos valôres mínimos nas importa- ções, estabelecidas pela Car- teira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A.	28-4-70	DL-4/70

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
<u>SF</u>	<u>CD</u>			
6/70	105/70	Aprova o Decreto-lei nº 1097, de 23 de março de 1970, que autoriza o Poder Executivo a incluir dotações no Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio de 1968/1970, e no Orçamento Geral da União, para o exercício financeiro de 1970.	28-4-70	DL-6/70
7/70	106/70	Aprova o Decreto-lei número 1087, de 2 de março de 1970, que dispõe sobre a aprovação de projetos de florestamento e reflorestamento que visam ao reconhecimento de incentivos fiscais.	28-4-70	DL-5/70
8/70	107/70	Aprova o Decreto-lei nº 1080, de 30 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a entrega das parcelas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, pertencentes aos Municípios dos Territórios Federais.	8-5-70	DL-7/70
9/70	108/70	Aprova o Decreto-lei nº 1095, de 20 de março de 1970, que e leva os limites fixados pelas Leis nº 1518, de 24-12-51 e 4457, de 6-11-64 e dá outras providências.	8-5-70	DL-8/70
10/70	109/70	Aprova o Decreto-lei nº 1089, de 2-3-70 que dispõe sobre a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.	8-5-70	DL-29/70
11/70	110/70	Aprova o Decreto-lei nº 1100, de 25-3-70, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros novos para o fim que especifica.	8-5-70	DL-9/70

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
<u>SF</u>	<u>CD</u>			
12/70	113/70	Approva o Decreto-lei nº 1076, de 23-1-70 que altera, para o exercício de 1970 a distribuição do produto de arrecadação dos impostos <u>únicos</u> .	8-5-70	DL-30/70
13/70	114/70	Approva o Decreto-lei nº1071, de 5-12-69, que proroga o prazo de isenção estabelecido no artº 4º do Decreto-lei número 614, de 6 de junho de 1969.	8-5-70	DL-10/70
14/70	115/70	Approva o Decreto-lei nº1074, de 30-1-70, que acrescenta parágrafos ao artº 4º do Decreto-lei nº 902, de 30-9-69 e dá outras providências.	8-5-70	DL-11/70
15/70	116/70	Approva o Decreto-lei nº 1099, de 25 de março de 1970 que dispõe sobre a redistribuição de servidores do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.	8-5-70	DL-12/70
16/70	117/70	Approva o Decreto-lei nº1102, de 30 de março de 1970, que estabelece regime especial para o comércio de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia.	8-5-70	DL-13/70
17/70	118/70	Approva o Decreto-lei nº1092, de 12 de março de 1970, que dá nova redação ao art.1º do Decreto-lei nº 765 de 15 de agosto de 1969.	8-5-70	DL-14/70
18/70	119/70	Approva o Decreto-lei nº1081, de 2 de fevereiro de 1970, que dispõe sobre o cálculo das pensões dos militares.	8-5-70	DL-15/70
19/70	120/70	Approva o Decreto-lei nº1078. de 27 de janeiro de 1970, que revoga a letra "A" do art.85 do Decreto-lei nº 1029, de 21 de outubro de 1969.	8-5-70	DL-21/70

NÚMERO		EMENTA	LEITUTA	RESULTADO
<u>SF</u>	<u>CD</u>			
20/70	123/70	Aprova o Decreto-lei nº 1101, de 30 de março de 1970, que estabelece normas especiais aplicáveis às autorizações de pesquisa de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia.	8-5-70	DL-20/70
21/70	121/70	Aprova o Decreto-lei número 1075, de 22 de janeiro de 1970, que regula e "imissão de posse initio litis" em imóveis residenciais urbanos.	8-5-70	DL-23/70
22/70	122/70	Aprova o Decreto-lei número 1088, de 2 de março de 70, que acrescenta parágrafos aos arts. 6º e 19º da lei nº 4878 de 3 de dezembro de 1965.	8-5-70	DL-22/70
23/70	124/70	Aprova o Decreto-lei número 1072, de 30 de dezembro de 1969, que dá nova redação ao art. 3º, letra "a" do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e dá outras providências.	8-5-70	DL-16/70
24/70	125/70	Aprova o Decreto-lei número 1103, de 6 de abril de 1970, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 1034, de 21 de outubro de 1969 que dispõe sobre a segurança das Instituições Bancárias, Caixas Econômicas e Cooperativas de Crédito.	8-5-70	DL-17/70
25/70	126/70	Aprova o Decreto-lei número 1085, de 18 de fevereiro de 1970, que dá nova redação ao inciso XIV do art. 4º da Lei nº 4595, de 31 de dezembro de 1964	8-5-70	DL-18/70
26/70	127/70	Aprova o Decreto-lei número 1091, de 12 de março de 70, que altera a legislação relativa ao Imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis líquidos e Gasosos, e dá outras providências.	8-5-70	DL-24/70

NÚMERO		EMENTA	LEITUTA	RESULTADO
SF	CD			
27/70	128/70	Aprova o Decreto-lei nº 1996, de 23 de março de 70, que concede incentivos fiscais às empresas de mineração.	11-5-70	DL-25/70
28/70	129/70	Aprova o Decreto-lei nº 1073, de 9 de janeiro de 1970, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.	11-5-70	DL-26/70
29/70	130/70	Aprova o Decreto-lei nº 1086, de 25 de fevereiro de 1970, que fixa os vencimentos básicos do Pessoal docente do Ensino Superior Federal e dá outras providências.	11-5-70	DL-27/70
30/70	131/70	Aprova o Decreto-lei nº 1083, de 6 de fevereiro de 1970 que dispõe sobre a incidência e cobrança do imposto único sobre minerais, concede isenção e dá outras providências.	11-5-70	DL-35/70
31/70	132/70	Aprova o Decreto-lei nº 1098, de 25 de março de 1970, que altera os limites do mar territorial do Brasil e dá outras providências.	11-5-70	DL-31/70
32/70	133/70	Aprova o Decreto-lei nº 1093, de 17 de março de 1970, que dá nova redação ao art. 43 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.	12-5-70	DL-19/70
33/70	134/70	Aprova o Decreto-lei nº 1094, de 17 de março de 1970, que dispõe sobre a Comissão Especial de Faixa de Fronteiras e dá outras providências.	12-5-70	DL-28/70
34/70	111/70	Aprova o Decreto-lei nº 1079, de 29 de janeiro de 1970, que autoriza a emissão de Letras do Tesouro Nacional para o desenvolvimento de operações de Mercado Aberto com fins monetários, pelo Banco Central do Brasil, e dá outras providências.	12-5-70	DL-32/70

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
SF	CD			
35/70	112/70	Aprova o Decreto-lei nº 1090, de 10 de março de 70, que prorroga o prazo do Decreto-lei nº 858, de 11 de setembro de 1969, e dá outras providências	12-5-70	DL-33/70
36/70	135/70	Aprova o Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970, que dispõe sobre a execução do art. 153, § 8º parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil.	15-5-70	DL-34/70
37/70	140/70	Aprova o Decreto-lei nº 1104, de 30-3-70, que altera o Decreto-lei nº 1060, de 21-10-69 que dispõe sobre a declaração de bens, dinheiro ou valores, existentes no estrangeiro, a prisão administrativa e sequestro de bens por infrações fiscais, e dá outras providências.	2-6-70	DL-37/70
38/70	136/70	Dispõe sobre a fixação do subsídio e a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional para a legislatura a iniciar em 1º de fevereiro de 1971.	16-6-70	DL-42/70
39/70	137/70	Aprova o Protocolo Modificativo do Tratado de Montevideo, assinado em Caracas a 12 de dezembro de 1969.	29-6-70	DL-67/70
40/70	139/70	Fixa os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República para o período que vai de 15 de março de 1970 a 15 de março de 1974.	29-6-70	DL-41/70
41/70	138/70	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, adotada em Londres a 23 de junho de 1969.	30-6-70	DL-57/70
42/70	143/70	Aprova o texto do Protocolo sobre a Proibição de Emprêgo, na Guerra, de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos, de Guerra, firmado em Genebra a 17 de junho de 1925	30-6-70	DL-39/70

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
SF	CD			
43/70	144/70	Aprova o Decreto-lei nº 1105, de 20 de maio de 1970, que declara de interêsse da segurança nacional os Municípios que especifica e dá outras providências.	3-7-70	DL-43/70
44/70	145/70	Aprova o acôrdo de Previdência Social firmado com o Governode Portugal em 17 de outubro de.. 1969.	3-7-70	DL-40/70
45/70	141/70	Aprova o acôrdo Básico entre o Governo do Brasil e o Instituto Interamericano de CiênciasA gronômicas sôbre Previlégios e Imunidades do Instituto, firma do em Brasília a 2 de março de 1970.	13-7-70	DL-58/70
46/70	146/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1106, de 16 de junho de 70, que cria o Programa de Integração Nacional, altera a legisla ção do Impôsto de Renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e da outras providências.	16-7-70	DL-46/70
47/70	147/70	Aprova o Decreto-lei nº 1108 , de 24 de junho de 1970, que dispõe sôbre retribuição dos Fiscais e Tributos de Açucar e Al cool e dá outras providências.	17-7-70	DL-47/70
48/70	148/70	Aprova o Decreto-lei nº 1107 , de 18 de junho de 1970, que regula a destinação do Fundo de Assistência ao Desempregado em casos excepcionais.	17-7-70	DL-48/70
49/70	149/70	Aprova o Decreto-lei nº 1109, de 26 de junho de 1970, que reformula o Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, e altera a legislação sôbre o Impôsto de Renda.	24-7-70	DL-50/70
50/70	142/70	Aprova o Acôrdo de Previdência Social assinado pelos Governos da Espanha e da República Federativa do Brasil, em 25 de abril de 1969.	28-7-70	DL-68/70

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
<u>SF</u>	<u>CD</u>			
51/70	151/70	Autoriza o Senhor Vice-Presidente da República a ausentar-se do País, para comparecer aos funerais do Senhor Professor Antônio de Oliveira Salazar.	28-7-70	DL-44/70
52/70	152/70	Autoriza o Vice-Presidente da República a ausentar-se do País para comparecer à posse do Presidente da República da Colômbia.	5-8-70	DL-45/70
53/70	150/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1111, de 10 de julho de 1970, que estabelece preço de referência para produtos importados nos casos que especifica, e dá outras providências.	5-8-70	DL-53/70
54/70	153/70	Aprova o Decreto-lei nº 1110, de 9-7-70, que cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), e dá outras providências.	5-8-70	DL-52/70
55/70	154/70	Aprova o Decreto-lei nº 1112, de 16 de julho de 1970, que autoriza a mobilização de créditos para integralização, por parte da União, das ações que subscrever do Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.	7-8-70	DL-51/70
56/70	155/70	Aprova o Decreto-lei nº 1114, de 21 de julho de 1970, que acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-lei nº 1097, de 23 de março de 1970.	7-8-70	DL-54/70
57/70	156/70	Aprova o Decreto-lei nº 1113, de 16 de julho de 1970, que autoriza a reinversão na Companhia Nacional de Alcalis, sob a forma de aumento de capital, dos dividendos que couberem ao Tesouro Nacional, em cada exercício social.	7-8-70	DL-55/70

NÚMERO		EMENTA	LEITURA	RESULTADO
SF	CD			
58/70	157/70	Aprova o Decreto-lei nº1115, de 24 de julho de 1970, que concede estímulos às fusões e as incorporações das sociedades Seguradoras e dá outras providências.	21-8-70	DL-59/70
59/70	158/70	Aprova o Decreto-lei nº 1116, de 27 de julho de 1970, que acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 697, de 23 de julho de 1969.	21-8-70	DL-60/70
60/70	160/70	Aprova o Acôrdio Cultural firmado em Bonn, a 9 de junho de 1969, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha.	29-9-70	DL-69/70
61/70	159/70	Aprova o Acôrdio sôbre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre os Governos do Brasil e do Equador, firmado em Quito a 11 de julho de 1970.	29-9-70	DL-70/70
62/70	161/70	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto Legislativo nº 41, de 14 de julho de 1970, que "Fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República para o período que vai de 15 de março de 1970 a 15 de março de 1974".	26.11.70	DL-76/70
63/70	162/70	Aprova o Acôrdio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, firmado no Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1969.	27.11.70	

PROJETOS DE LEI ENCAMINHADOS À SANÇÃO

PROJETOS SANCIONADOS

H - PROJETOS DE LEI ENCAMINHADOS À SANÇÃO

À sanção presidencial foram submetidos, pelas duas Casas 93 projetos de Lei, sendo

24 pela Câmara dos Deputados,

61 pelo Senado e

8 pelo Congresso Nacional

H.1 - SANCIONADOS

Receberam a sanção presidencial 61 Projetos de Lei dos quais

8 encaminhados pela Câmara

45 encaminhados pelo Senado e

8 encaminhados pelo Congresso Nacional.

VETOS PRESIDENCIAIS

H.2 - VETOS PRESIDENCIAIS

B) Recebidos em sessão legislativa a que se refere o Relatório

Número		Origem	PROJETO Ementa	Parte atingida	VETO PRESIDENCIAL			Observações
S. F.	C. D.				Recebimento	Apreciação		
					Data	Resultado		
158/64	1282-B/63	CD	Acrescenta parágrafo único ao art. 322 do Código Civil, dispondo sobre a incommunicabilidade dos bens adquiridos e das dívidas constituídas depois de ajuizada a ação de desquite.	total	26.11.69	29.4.70	mantido o veto	Rel.nº 1/70
52/68	4604-B/62	CD	Dispõe sobre a profissão de leiloeiro público.	total	1.4.70	29.4.70	mantido o veto	Rel.nº 2/70
205/68	1840-C/68	CD	Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.	total	1.4.70	30.4.70	mantido o veto	Rel.nº 3/70
197/68	532-B/67	CD	Renova, por 180 dias, o prazo a que se refere o art. 19, parágrafo único, do Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.	total	1.4.70	5.5.70	mantido o veto	Rel.nº 4/70
15/69	1700-C/68	CD	Amplia o Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e dá outras providências.	total	1.4.70	6.5.70	mantido o veto	Rel.nº 5/70
19/69	1099-B/68	CD	Regula a importação de reprodutores zebuínos bubalinos e outros animais do misticos.	total	1.4.70	14.5.70	mantido o veto	Rel.nº 6/70
21/64	2396-B/64	CD	Dispõe sobre faltas ao serviço do trabalhador estudante.	total	8.5.70	10.6.70	mantido o veto	Rel.nº 7/70
63/68	539-C/67	CD	Define e pune atos de fraude nas competições esportivas e dá outras providências.	total	1.6.70	7.7.70	mantido o veto	Rel.nº 8/70

PROJETO				VETO PRESIDENCIAL			Observações	
Número		Origem	Ementa	Parte atingida	Recebimento	Apreciação		
S. F.	C. D.					Data		Resultado
39/64	2910/65	SF	Dispõe sobre a profissão de protético dentário.	total	24.8.70	Considerado mantido nos termos do § 3º art. 59 da Constituição.		

H.3 - PRINCIPAIS LEIS ULTIMADAS

Merecem especial menção as seguintes leis publicadas no decorrer desta sessão legislativa:

<u>Nº</u>	<u>DATA</u>	<u>EMENTA</u>
5.580	25.5.70	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Sociedade de Economia Mista - ARSA - Aeroportos do Rio de Janeiro S.A., e dá outras providências
5.581	26.5.70	Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências.
5.584	26.6.70	Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.
5.597	31.7.70	Altera o início da vigência do Código Penal.
5.600	24.8.70	Inclui no Orçamento Plurianual de Investimentos o Projeto de Crédito Rural Orientado.
5.601	26.8.70	Regula a interveniência de corretores nas operações de câmbio.
5.607	9.9.70	Altera a Lei nº 5.581, de 26 de maio de 1970, que estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970 e dá outras providências.
5.610	22.9.70	Acrescenta parágrafo ao artigo 99 da Lei nº 3.807, de 26.8.1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).
5.615	13.10.70	Dispõe sobre o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e dá outras providências.
5.617	15.10.70	Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial - CNPS, e dá outras providências.
5.618	3.11.70	Concede isenção de impostos aos aviões agrícolas importados e dá outras providências.
5.621	4.11.70	Regulamenta o artigo 144, § 59, da Constituição e dá outras providências.

LEIS COMPLEMENTARES

5	29.4.70	Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art.151, e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades e dá outras providências
6	30.6.70	Concede isenção de impostos federais, estaduais e municipais à Caixa Econômica Federal - CEF.
7	7.9.70	Institui o Programa de Integração Social e dá outras providências.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO EM CURSO

I - PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Em curso no Senado na Sessão Legislativa Ordinária de 31.3. a 30.11.70.

a) de sessões legislativas anteriores:

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
5/59	Jefferson de Aguiar	Fixa e determina os limites entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, ao Norte do Rio Doce.	
12/61	Jefferson de Aguiar	Cria Comissão de Inquérito. (investigar a regularidade de empréstimos superiores a Cr\$ 100.000.000, concedidas a pessoas físicas e jurídicas pelo Banco do Brasil).	
15/61	Comissão Diretora	Define quanto a vencimentos e vantagens, a situação do funcionário do Senado posto à disposição de outro órgão do poder público.	
5/63	Bezerra Netto	Altera o Regimento Interno do Senado.	
6/63	João Agripino	Altera a redação do art. 11 do Regimento Interno.	
7/63	Vivaldo Lima	Dá nova redação ao art. 67 da Resolução n. 2, de 1959, alterada pela Resolução nº 3, de 1963.	
14/63	Daniel Krieger	Acrescenta disposição ao Regimento Interno do Senado Federal.	
16/63	Nelson Maculan	Cria Comissão Permanente no Senado Federal e dá outras providências.	
21/63	Afonso Arinos	Autoriza a Mesa do Senado Federal a entrar em entendimentos com a Mesa da Câmara dos Deputados para o efeito de se proceder à edição, pelo Congresso Nacional, das obras completas de José Bonifácio de Andrada e Silva.	
25/63	Eurico Rezende	Dispõe sobre a criação no Rio de Janeiro do Serviço de Informação, Pesquisas e Atendimento do Senado Federal - SIPA.	
32/63	Rui Palmeira	É reconhecido, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Brasileiro filiado à associação Parlamentar Mundial, em Londres - Inglaterra.	
40/63	Jefferson de Aguiar	Dispõe sobre a representação do Senado Federal em Conferências ou Reuniões no exterior ou para atender a convites de Governos no estrangeiro.	
44/64	Com. Diretora	Dispõe sobre as provas para o Concurso de Auxiliar Legislativo e dá outras providências.	

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
35/65	Cattete Pinheiro	Proíbe o desvio de atribuições e as disposições a órgão ou Senador, sem prévia autorização do Senado.	
88/65	Comissão Diretora	Torna sem efeito a nomeação de LUIZ CARLOS PONTUAL DE LEMOS, candidato habilitado em concurso, para o cargo de Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	
96/65	Guido Mondin	Altera o parágrafo único do art. 278 do Regimento Interno.	
4/66	Vasconcelos Torres	Passa a denominar-se "Sala Edmundo Bitten court" a Sala de Imprensa do Senado Federal.	
26/66	José Ermírio	Altera dispositivos do Regimento Interno. (arts. 213 e 381).	
28/66	Edmundo Levi	Acrescenta parágrafo ao art. 169 do Regimento Interno do Senado.	
32/66	Comissão Diretora	Prorroga, por um ano, o prazo de validade do concurso de Taquígrafo-Revisor.	
41/67	José Ermírio	Acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal.	
42/67	José Ermírio	Acrescenta dispositivos ao Regimento Interno do Senado Federal.	
60/67	Comissão Diretora	Dispõe sobre aposentadoria especial aos taquígrafos que contarem 25 anos de efetivo exercício na função ou 65 anos de idade.	
70/67	Júlio Leite	Dispõe sobre as Comissões Permanentes do Senado.	
71/67	Júlio Leite	Dispõe sobre o funcionamento das Comissões Permanentes do Senado, regula a constituição de Sub-comissões, e dá outras providências.	
72/67	Júlio Leite	Cria a Comissão Especial de Regulamentação Constitucional, dispõe sobre o seu funcionamento, e dá outras providências.	
8/68	Comissão Justiça	Suspende, em parte, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, a execução das Leis nºs. 651 e 657 de 1956, do Município de Pelotas, Rio Grande do Sul.	Resolução nº 55/70
19/68	Cattete Pinheiro	Institui o Prêmio "Isaac Brown" ao funcionário público federal.	
20/68	Comissão Justiça	Suspende a execução da Lei nº 2 942, de 2 de outubro de 1963, do Estado do Rio Grande do Norte.	Resolução nº 53/70

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
23/68	Júlio Leite	Dá nova redação ao art. 90/A do Regimento Int., que dispõe s/ a competência da Comissão do Distrito Federal.	
32/68	Aloysio de Carvalho	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	
37/68	Pereira Diniz	Modifica o artigo 45 do Regimento Interno.	
57/68	Lino de Mattos	Altera o art. 90/A da Resolução nº 3, de 1963.	
64/68	Comissão Diretora	Dispõe sobre a estrutura administrativa e provimento de cargos privativos da Diretoria da Assessoria Legislativa.	
67/68	Mário Martins	Harmoniza o Regimento Interno com a sistemática de prazos da Constituição do Brasil, referentemente a pedidos de audiência do Poder Executivo sobre projetos de iniciativa parlamentar.	Rejeitado.
73/68	Distrito Federal	Aprova as Contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1967.	Resolução nº 2/70
32/69	Comissão Diretora	Regula a eleição da Mesa e a organização das Comissões Permanentes do Senado para a Sessão Legislativa a ter início em 31 de março de 1970.	Prejudicada.
41/69	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 16 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 5 316, de 14 de setembro de 1967, julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.	Resolução nº 1/70

b) desta sessão legislativa:

1/70	Comissão Justiça	Suspende a execução da cláusula "pelo seu preço de venda", constante do art. 317 da Lei nº 551, de 26 de novembro de 1964, do Município de Cubatão.	Resolução nº 3/70
2/70	Comissão Justiça	Suspende, em parte, a execução do art. 5º Lei nº 4 054, de 2 de abril de 1962.	Resolução nº 4/70
3/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do parágrafo único do art. 126 da Lei nº 8.101, de 16.4.64, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 5/70
4/70	Comissão Justiça	Suspende a execução das expressões " e as Sociedades de Economia Mista, inclusive a Petrobás S.A. e o Banco do Brasil S.A. " constantes do art. 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 5.049, de 26 de junho de 1966.	Resolução nº 6/70
5/70	Comissão Justiça	Suspende a execução da Lei nº 4.079, de 7 de fevereiro de 1966, do Estado de Minas Gerais.	Resolução nº 7/70

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
6/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do item VIII, da Tabela E, da Lei nº 2.655, de 8 de dezembro de 1968, do Estado de Minas Gerais.	Resolução nº 8/70
7/70	Comissão Justiça	Suspende a execução da Lei nº 2.320, de 21 de dezembro de 1961, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Resolução nº 9/70
8/70	Comissão Justiça	Suspende a execução da Resolução nº 133, de 14 de novembro de 1961, da Câmara de Santos.	Resolução nº 10/70-
9/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 222 da Constituição Pernambucana de 14 de maio de 1967.	Resolução nº 11/70
10/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 5.291, de 31.5.67.	Resolução nº 12/70-
11/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 100 da Constituição do Estado de Pernambuco.	Resolução nº 13/70
12/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 33 do Decreto-Lei nº 559, do Estado do Rio Grande do Sul, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.	Resolução nº 14/70-
13/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 10 e respectivo parágrafo único da Lei do Estado de São Paulo, nº 8.478, de 11 de dezembro de 1964.	Resolução nº 15/70
14/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do Decreto nº 4.527 de 11 de outubro de 1965, do Estado do Rio Grande do Norte.	Resolução nº 16/70
15/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do Decreto Municipal, nº 90, de 20 de outubro de 1964, da Campina Grande, Estado da Paraíba.	Resolução nº 17/70
16/70	Comissão Justiça	Suspende a execução da Lei nº 5.145, de 13 de dezembro de 1965, do Estado do Rio Grande do Sul.	Resolução nº 27/70
17/70	Comissão Justiça	Suspende a execução da Lei nº 5.232, de 2 de julho de 1966, do Estado do Rio Grande do Sul.	Resolução nº 28/70
18/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 2º e seus parágrafos, e do art. 8º da Lei nº 8.308, de 21 de setembro de 1964, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 29/70
19/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 121, da Lei nº 28, de 22 de novembro de 1947, do Estado de Minas Gerais.	Resolução nº 30/70
20/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 2º e seu parágrafo único da Lei nº 8.330, de 5 de outubro de 1964, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 36/70

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
21/70	Comissão Diretora	Exonera, a pedido, LUIZ RENATO VIEIRA DA FONSECA, Auxiliar Legislativo PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 18/70
22/70	Comissão Diretora	Aposenta YARA SILVA DE MEDEIROS, Oficial Legislativo PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 19/70
23/70	Comissão Diretora	Aposenta DIVA GALLOTTI, Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 20/70
24/70	Comissão Diretora	Aposenta HELENA COLLIN, Oficial Arquivologista, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 21/70
25/70	Comissão Diretora	Aposenta PEDRO CIDRAL MANSUR, Auxiliar de Portaria PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 24/70
26/70	Comissão Diretora	Aposenta JOSÉ MOYSÉS MAIA, Auxiliar Legislativo PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 25/70
27/70	Comissão Diretora	Aposenta JOSÉ TARCISO GONÇALVES DE SOUZA, Pesquisador de Orçamento, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 23/70
28/70	Comissão Diretora	Exonera, a pedido, ANTONIA MOTTA DA COSTA, Oficial Bibliotecário, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 26/70
29/70	Comissão Diretora	Aposenta JOSÉ BENEDITO BRANDÃO, Auxiliar de Limpeza, PL-14, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 31/70
30/70	Comissão Diretora	Aposenta CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO CUNHA, Auxiliar de Secretaria PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 32/70
31/70	Comissão Diretora	Põe à disposição do Governo do Distrito Federal, pelo prazo de um ano, o Auxiliar Legislativo, PL-8, JOSÉ LUCENA DANTAS, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 22/70
32/70	Comissão Diretora	Põe à disposição do Governo do Distrito Federal, pelo prazo de um ano, o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, ROBERTO VELOSO, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 35/70
33/70	Comissão Diretora	Põe à disposição do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Oficial Legislativo, PL-6, RONALDO FERREIRA DIAS, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 33/70
34/70	Distrito Federal	Aprova as Contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1968.	Resolução nº 40/70

Nº	AUTOR	EMENTA	RESULTADO
35/70	Comissão Diretora	Prorroga, por mais um ano, a licença concedida a CLÁUDIO IDEBURQUE CARNEIRO LEAL NETO, Oficial Legislativo, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 34/70
36/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Guanabara, através da Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro (METRÔ), com o aval do Tesouro Nacional, a relizar operação de financiamento externo para a segunda etapa do contrato de prestação de serviços técnicos de coordenação dos projetos de construção da linha prioritária do Metrô do Rio de Janeiro.	Resolução nº 37/70
37/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Educação e Cultura, a obter financiamento externo concedido pela firma "THE MARCONI COMPANY LIMITED", Inglaterra, para fornecimento de equipamento eletrônico para instalar, na cidade de Porto Alegre, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão) com fins educativos.	Resolução nº 38/70
38/70	Filinto Müller	Considera missão autorizada de interesse parlamentar a participação dos Senadores na campanha eleitoral do ano em curso.	Resolução nº 41/70
39/70	Comissão Diretora	Aposenta STELLA MENDONÇA DA CUNHA, Oficial Legislativo, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 39/70
40/70	Comissão Diretora	Põe à disposição do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Auxiliar Legislativo, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, GENOVEVA AYRES FERREIRA DIAS.	Resolução nº 47/70
41/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná, através do Banco do Desenvolvimento do Paraná S/A, com o aval do Banco do Estado do Paraná ou do Tesouro do Estado, a realizar operação de empréstimo externo, com banqueiros diversos, no montante de US\$ 8.000.000,00 destinado a atender o custeio para prosseguimento da implantação básica e pavimentação da BR-153 (trecho Santo Antônio da Platina Alto do Amparo).	Resolução nº 42/70
42/70	Comissão Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, a realizar operação de financiamento externo com a firma "Siemens Ag. Wernerwerk Fuer Medizinische Technik" de Erlangen, Alemanha Ocidental, para aquisição de equipamentos hospitalares para o Hospital Municipal Getúlio Vargas.	Resolução nº 43/70

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
43/70	Comissão Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo, a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ-, operação de empréstimo externo de até US\$ 23.200.000,00 ou o seu equivalente em outra moeda, destinado ao financiamento do Projeto construtivo da Linha Norte-Sul do Metrô de São Paulo.	Resolução nº 44/70
44/70	Comissão Diretora	Aposenta LUIZ DO NASCIMENTO, Operador de Radiodifusão, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 46/70
45/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do Decreto Legislativo nº 859, de 20 de maio de 1965, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.	Resolução nº 54/70
46/70	Comissão Finanças	Autoriza o Govêrno do Estado do Pará, através do Departamento de Estradas de Rodagem do Pará e com o aval do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a obter financiamento externo da Caterpillar Americas Companhie, de Peoria, Illinois, Estados Unidos da América, para aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários.	Resolução nº 45/70
47/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 6º da Lei nº 8 428, de 28 de novembro de 1964, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 56/70
48/70	Comissão Diretora	Põe à disposição do Ministério do Interior o Auxiliar de Secretaria, PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA.	Resolução nº 51/70
49/70	Comissão Diretora	Nomeia, em vaga existente, para o cargo inicial da carreira de Oficial Bibliotecário do Quadro da Secretaria do Senado Federal, candidata habilitada em concurso público.	Resolução nº 52/70
50/70	Comissão Finanças	Autoriza o Govêrno do Estado do Espírito Santo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, com aval do Govêrno Federal, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 10.000.000,00 ou o equivalente em outra moeda, para realização do Programa de obras rodoviárias, constantes do Plano Trienal de Desenvolvimento.	Resolução nº 48/70
51/70	Comissão Finanças	Autoriza o Govêrno do Estado do Rio de Janeiro, através da Superintendência Central de Engenharia Sanitária, obter financiamento externo, com garantia do Banco do Estado da Guanabara S.A., junto ao Mediobanca Spa. - Itália, destinado ao financiamento de "Projetos de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense".	Resolução nº 49/70

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
52/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a efetuar operação financeira em moeda estrangeira, no valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares Norte-Americanos) destinado a financiar parte da execução do projeto do Interceptor Oceânico de Niterói.	Resolução nº 50/70
53/70	Comissão Justiça	Suspende a execução de dispositivos da Lei nº 9 271, de 16 de março de 1966, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 58/70
54/70	Comissão Justiça	Suspende a execução da Lei nº 304, de 1959, de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.	Resolução nº 57/70
55/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 8 478, de 11 de dezembro de 1964, do Estado de São Paulo.	Prejudica do.
56/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$10.000.000, (dez milhões de dólares) destinado a financiar a implantação da Linha de Transmissão Campo Grande-Aquidauana - Corumbá e respectiva rodovia de acesso.	Resolução nº 59/70
57/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo, com aval do Banco do Estado do Espírito Santo S.A., a realizar operação de financiamento externo, com a firma Philips Gloeilampenfabrieken, Eindhoven - Holanda, destinado a aquisição de material médico-hospitalar para os nosocômios de sua rede hospitalar.	Resolução nº 60/70
58/70	Comissão Diretora	Põe à disposição da Universidade de Brasília, pelo prazo de um ano, o Auxiliar Legislativo, PL-9, GERALDO CAETANO FILHO, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 62/70
59/70	Comissão Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul - a realizar operação de financiamento externo para adquirir do "Grupo Industrie Eletro Meccaniche per Impiant All "Estero" SpA - Milão - Itália", equipamentos eletrômecânicos destinados à complementação da Central Hidroelétrica de Ajuricaba naquele Município.	Resolução nº 61/70
60/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo da Bahia, a realizar, com garantia do Banco do Estado da Bahia, operação de empréstimo externo, no valor de US\$RDA 431.437,00 dólares alemães, com a Poligraph Export Gesellschaft fur den Export von Polygraphischen Maschinen MBH, de Berlim, República Democrática Alemã, para aquisição de máquinas e equipamentos gráficos destinados à recuperação e ampliação da Imprensa Oficial da Bahia.	Resolução nº 63/70

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
61/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Guanabara, através da Superintendência de Urbanização e Saneamento - SURSAN - e com a garantia de sua Secretaria de Finanças e do Banco do Estado da Guanabara, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$5.000.000,00 destinado a execução dos Projetos de Implantação do Interceptor Oceânico de Copacabana, Emissário Submarino de Ipanema e obras complementares.	Resolução nº 64/70
62/70	Poder Executivo	Estabelece alíquotas máximas no imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.	Resolução nº 65/70
63/70	Comissão Diretora	Nomeia, em vagas existentes, para cargos iniciais da carreira de Taquígrafo de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, candidatos habilitados em concurso público.	Resolução nº 66/70
64/70	Comissão Diretora	Exonera, a pedido, WILSON PEÇANHA, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 67/70
65/70	Comissão Diretora	Aposenta JORGE MANOEL AZEVEDO, Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 68/70
66/70	Comissão Diretora	Aposenta ANTENOR ROCHA PINTO, Auxiliar de Portaria, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução nº 69/70
67/70	Comissão Justiça	Suspende a execução do art. 17 da Lei Estadual nº 8 478, de 13.12.64, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 77/70
68/70	Comissão Diretora	Dispõe sobre a fusão dos cargos de Auxiliar de Secretaria, Símbolo PL-11, como classe inicial na carreira de Auxiliar Legislativo.	Resolução nº 83/70
69/70	Filinto Müller	Altera a Resolução nº 41, de 1970, que considera missão autorizada a participação dos Senadores na campanha eleitoral de ano em curso.	
70/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operação de empréstimo externo, através da Companhia de Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR com o International Commercial Bank Ltda, de Londres, nos termos da Lei Estadual nº 5 712, 1967, destinado a custear as despesas de implantação do Projeto de Redes Integradas daquele Estado.	Resolução nº 71/70

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
71/70	Comissão Finanças	Autoriza o Govêrno do Estado da Guanabara a realizar operação de importação financiada de equipamentos técnicos, a través da autarquia Superintendência de Serviços Médicos - SUSEME - com a firma Hospitalia International GmbH, com sede em Frankfurt - Main - Alemanha Ocidental, destinados aos estabelecimentos hospitalares daquela autarquia.	Resolução nº 70/70
72/70	Legislação Social	Autoriza a Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS, a alienar 200.000 (duzentos mil) hectares de terras de sua propriedade, nas regiões do Jaiiba e Montalvânia, no Estado de Minas Gerais, em lotes de 5.000 (cinco mil) a 30.000 (trinta mil) hectares, a emprêsas rurais brasileiras que tenham ou venham a ter projetos na RURALMINAS e na SUDENE.	Resolução nº 76/70
73/70	Comissão Diretora	Autoriza a Redatora LEDA MARIA CARDOSO NAUD a integrar, como Secretária, a Delegação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar à 58a. Conferência Interparlamentar.	Resolução nº 75/70
74/70	Comissão Finanças	Autoriza o Govêrno do Estado de Santa Catarina, a contratar, no exterior, a operação de crédito de até US\$ 10.000.000,00 ou o seu equivalente em outra moeda, nos termos da Lei Estadual nº 4 514, de 21 de setembro de 1970, cujo produto será destinado a financiar parte da construção da nova ponte de ligação entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente.	Resolução nº 72/70
75/70	Comissão Finanças	Autoriza o Govêrno do Estado do Rio Grande do Norte, a garantir como avalista ou fiador, em operação de empréstimo externo a ser conseguido pelo Banco do Rio Grande do Norte S.A., até o valor de US\$ 5.000.000,00 destinado ao financiamento das obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR 227 - trecho Currais Novos - Divisa RN/PB, a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem do mesmo Estado.	Resolução nº 73/70
76/70	Comissão Finanças	Autoriza o Govêrno do Estado do Paraná a realizar, com garantia do Govêrno da União ou Estadual, operação de empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares) com Morgan Guaranty Trust Company of New York, destinada a custear a complementação das obras da ligação ferroviária no mesmo Estado.	Resolução nº 74/70

<u>Nº</u>	<u>AUTOR</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
77/70	Comissão Diretora	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Resolução 93/70
78/70	Comissão Diretora	Adapta o art. 342 do Regulamento da Secretaria do Senado Federal às prescrições constitucionais, e dá outras providências.	Resolução nº 78/70
79/70	Poder Executivo	Prorroga, pelo prazo de dois anos, a proibição e lançamento de obrigações de qualquer natureza, dos Estados e dos Municípios.	Resolução nº 79/70
80/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar, com o aval do BNDE e através do Departamento de Estradas de Rodagem, operação de empréstimo externo, no valor de US\$1.068.340,00 com a firma Caterpillar America Co. de Peoria-Illinois, Estados Unidos da América, destinado a garantir a importação financiada de máquinas e equipamentos rodoviários para aquele Departamento.	Resolução nº 82/70
81/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a garantir, como avalista, nos termos da Lei Estadual Nº 5712 de 1967, em acréscimo de operação de financiamento externo constante do "Termo de Alteração de Contratos", assinado entre a Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR - e a firma Siemens A.G. Munich - Alemanha Ocidental, destinado à ampliação do Sistema Estadual de Telecomunicações daquele Estado.	Resolução nº 81/70
82/70	Comissão Diretora	Prorroga, por um ano, o prazo de validade do concurso público para provimento de cargo inicial da carreira de Oficial Bibliotecário.	Resolução 86/70
83/70	Comissão Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e com o Netherlands Investment for Developing Countries, nos termos da Lei Estadual nº 2.844, de 16.10.70, para a construção do Porto de Aratu, naquele Estado.	Resolução nº 80/70
84/70	Comissão Diretora	Altera denominação de cargo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução 87/70
85/70	Comissão Diretora	Prorroga, por um ano, a licença concedida a Roberto Velloso, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2 do Quadro da Secretaria do Senado Federal.	Resolução 84/70

- 86/70 Comissão Diretora Põe à disposição do Tribunal de Contas da Guanabara, Maria Thereza Motta Igrejas Lopes, Oficial Legislativo PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Resolução 85/70
- 87/70 Comissão Diretora Nomeia Alan Viggiano, candidato habilitado em Concurso, para o cargo de Taquígrafo Revisor, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. Resolução 88/70
- 88/70 Comissão Finanças Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar, com o aval do BNDE e através do Departamento de Estradas de Rodagem, operação de empréstimo externo no valor de US\$ 1 481 610,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e dez dólares) com a firma Caterpillar Americas Co., de Peoria - Illinois - Estados Unidos da América, destinado a garantir a importação financiada de máquinas e equipamentos rodoviários para aquele Departamento. Resolução 89/70
- 89/70 Comissão Finanças Autoriza o Governo do Estado da Guanabara a realizar, através da Companhia Estadual de Águas da Guanabara - CEDAG - operação de financiamento externo no valor de US\$ 15 000 000,00 (quinze milhões de dólares norte-americanos) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - destinado a custear a execução de obras e serviços ligados à expansão e melhoria do abastecimento de água do Estado. Resolução 90/70
- 90/70 Comissão Justiça Torna sem efeito a Resolução nº 52, de 1970. Resolução 91/70
- 91/70 Comissão Justiça Suspende a execução do art. 21, da Lei nº 1.530, de 26 de novembro de 1967, do Estado da Guanabara, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, de 4 de junho de 1970.
- 92/70 Poder Executivo Estabelece normas para o lançamento de obrigações, de qualquer natureza, pelos Estados e Municípios, complementando as Resoluções do Senado de números 58/68, de 29-10-68, e 79/70, de 21/10/70, e dá outras providências. Resolução 92/70.
- 93/70 Comissão Finanças Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contrair empréstimo externo, no valor de US\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil dólares), com a USAID.

c) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Entre os Projetos de Resolução aprovados na presente sessão legislativa cabe-nos destacar o de nº 77, de 1970, que altera o Regimento Interno do Senado. Apresentado pela Comissão Diretora, o projeto teve como objetivo:

- 1º) extinguir as seguintes Comissões Permanentes:
 - de Ajustes Internacionais e de Legislação sobre Energia Atômica;
 - de Assuntos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio;
 - dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento;
 - do Polígono das Sêcas;
 - de Projetos do Executivo e
 - de Valorização da Amazônia;
- 2º) criar uma nova Comissão, a ser denominada de "Assuntos Regionais", a qual competirá o estudo das matérias de interesse das áreas regionais, inclusive sobre planos e programas regionais de desenvolvimento; e
- 3º) fixar a composição da Mesa e regular a participação dos Suplentes de Secretários na Comissão Diretora.

Ao projeto foram apresentadas 4 emendas, a saber:

- nº 1, de autoria do Senador Adalberto Sena, que pretende a supressão dos §§ 3º e 4º do art. 56 que regula a eleição dos membros da Mesa;
- nº 2, de autoria do Senador Guido Mondin e de outros Senadores, que pretende a supressão da Ata sucinta lida logo após a abertura da sessão;
- nº 3, de autoria do Senador José Ermírio, que propõe se observe um minuto de silêncio nas sessões destinadas a reverenciar a memória de altas personalidades da vida nacional; e
- nº 4, de autoria, também, do Senador Adalberto Sena, que pretende regular a apreciação preliminar da inconstitucionalidade dos projetos em regime de urgência, quando for o caso.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao emitir parecer sobre o Projeto e as emendas, assim se manifestou:

.....
"O projeto, amplamente justificado, merece seja aprovado.

Vinte e duas Comissões Permanentes criam dificuldades evidentes aos trabalhos do Senado, sobrecarregando, desnecessariamente, os Senadores, sem, em nada, aperfeiçoar o processo legislativo.

Ao contrário, muita vez, o Plenário se esvazia para ensejar a reunião de Comissões que tenham, obrigatoriamente, de apreciar proposições sujeitas a prazo, cujo mérito fora cuidadosamente examinado por outro órgão técnico.

Com a exclusão dos membros da Mesa (onze, incluindo-se os suplentes), ficavam 55 Senadores para a formação das Comissões, sem aludir aquelas constituídas, por deliberação do Plenário, ou às Comissões Mistas, em número crescente, por força de determinação constitucional.

Impõe-se, então, a redução do número de Comissões, o que não prejudicará o estudo metuculoso das matérias legislativas, antes lhe dará maior rendimento, sem o exame repetido do mesmo assunto por Comissões de atribuições paralelas, ao mesmo tempo em que proporcionará ao Senador maior tempo para dedicar-se ao Plenário.

Assim, projetos que interessem a regiões não de ser examinados por uma mesma comissão - Comissão de Assuntos Regionais - à qual caberá, entre outras atribuições, a de examinar Planos e Programas de Desenvolvimento. Os problemas das regiões não de ser considerados, dentro de um contexto geral a fim de que, do cotejo de dados de realidades desiguais, se tracem diretrizes justas, para a promoção do desenvolvimento. As regiões, portanto, não devem ser consideradas isoladamente.

Extinguem-se, então, as Comissões do Polígono das Sêcas e de Valorização da Amazônia, para que seja uma comissão que examine os problemas, em consonância com uma política global de desenvolvimento.

No que concerne à composição da Mesa, pretende-se substituir ao suplente o que é da sua própria natureza: substituição dos Secretários em suas faltas ou impedimentos.

Sob o atual Regimento, os suplentes integram, em caráter permanente e não eventual, a Comissão Diretora, o que constitui anomalia.

A alteração proposta ao art. 102-A decorre da extinção da Comissão de Projetos do Executivo e, ao art. 347, do disposto no artigo 171, parágrafo único, da Constituição, e dispensa maiores comentários."

.....
 "Quanto à Emenda nº 1, somos por sua aprovação, uma vez que não se justifica, atualmente, a existência das disposições dos parágrafos do artigo 56.

O pretendido pela Emenda nº 2 já foi objeto de deliberação, quando se votou o Regimento Comum do Congresso Nacional, e teve plena aceitação do Plenário. Somos, assim, por sua aprovação. A Emenda nº 3 também merece nossa aprovação, alterando-lhe apenas a redação, sem entretanto modificar-lhe o mérito.

Quanto à Emenda nº 4, têmo-la por prejudicada, uma vez que o que se objetiva já está contido no Regimento, no próprio artigo 265, nela citado:

"Haverá, em Plenário, apreciação preliminar da constitucionalidade, sempre que a Comissão de Constituição e Justiça arguir de inconstitucionalidade a proposição."

Não se excluem, portanto, da apreciação preliminar, as proposições, em regime de urgência, desde que sobre elas haja a Comissão de Constituição e Justiça argüido a inconstitucionalidade em parecer proferido, oralmente, em Plenário.

Eis o nosso parecer sobre o projeto e as emendas.

Julgamo-nos, todavia, no dever de não cingir-nos ao que deles consta, não obstante sua inegável importância.

Estamos na iminência do término da legislatura e uma outra, haverá quatro meses, terá início, com dois terços da Casa renovados.

Impõe-se, então, a consolidação do Regimento, que há de atender aos mandamentos constitucionais inovadores do processo legislativo.

E foi o que fizemos, sob os estímulos do Presidente João Cleofas."

.....
 "Somos de parecer que, estando-se às vésperas de uma nova Legislatura, imperioso se torna proceder à consolidação do Regimento, devendo-se, ainda, adaptá-lo aos dispositivos constitucionais vigentes e não, apenas, aprovar mais uma resolução alterando-lhe alguns dispositivos.

E ao que nos propomos, ao submeter à Comissão e, se aceito, ao Plenário, um substitutivo integral ao Regimento, que foi totalmente atualizado e revisto, com cuidado, aproveitando a pausa indispensável dos trabalhos do Senado durante o período da campanha eleitoral.

A elaboração do substitutivo que apresentamos obedece ao seguinte esquema:

1º) as alterações introduzidas foram, em sua maioria, de redação e forma ou em obediência à técnica legislativa;

20) as disposições suprimidas e os acréscimos decorreram, também, em sua maioria:

- a) da adaptação do Regimento à Emenda Constitucional de 1969;
- b) de Resoluções já aprovadas e nele encaixadas;
- c) do Projeto, ora em estudo, e das emendas a ele apresentadas;
- d) tendo em vista a redação e a técnica legislativa.

Além das modificações acima, tendo como objetivo a economia e melhor ordenamento processual e, inclusive, aceitando a maioria das sugestões contidas em trabalho organizado pelo Dr. Brown, por serem fruto de uma vivência profunda do processo legislativo, introduzimos, no Regimento, ainda outras alterações."

Em virtude de haver recebido emendas em Plenário e, já agora instruído com o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, voltou o Projeto de Resolução nº 77, de 1970, à Comissão Diretora, que assim se manifestou:

"A douta Comissão de Constituição e Justiça analisando, pormenorizadamente, o Projeto e as emendas a ele apresentadas, e, após ampla e bem fundamentada justificação, concluiu pela apresentação de substitutivo integral, dando nova redação ao Regimento Interno do Senado.

O texto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, além de adaptar o Regimento à Emenda Constitucional nº 1, de 1969, é o resultado de uma consolidação geral das normas aprovadas em Resoluções anteriores e de uma revisão integral e metódica de todos os seus dispositivos.

Tendo em vista que o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça esgotou todas as considerações a serem feitas sobre o Projeto e as emendas, não cabe a esta Comissão senão manifestar-se pela aprovação do substitutivo.

É de se ressaltar, ainda, que o notável trabalho apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça possibilitará ao Senado dar perfeito e cabal desempenho de suas atribuições legislativas e administrativas, na próxima legislatura, quando estará munido de uma nova lei interna totalmente atualizada."

O Projeto de Resolução, instruído com os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e Diretora, foi aprovado pelo Plenário na sessão do dia 25 de novembro, dando origem à Resolução nº 93, de 1970, promulgada, pela Presidência do Senado, a 27 do mesmo mês.

REQUERIMENTOS

J - REQUERIMENTOS

Os requerimentos formulados versaram sôbre os seguintes assuntos:

- 33 de adiamento de discussão;
- 5 de adiamento de votação;
- 1 de autorização para participar de delegações;
- 8 de constituição de Comissão Especial Externa;
- 2 de constituição de Comissão Especial Interna;
- 1 de convocação de autoridade;
- 2 de destinação do Expediente para homenagem;
- 68 de dispensa de interstício;
- 59 de dispensa de publicação;
- 1 de homenagem
- 4 de homenagem de pesar;
- 1 de justificação de faltas;
- 1 de levantamento de sessão;
- 3 de licença;
- 16 de licença para tratamento de saúde;
- 2 de observador parlamentar;
- 4 de preferência para votação de projeto;
- 2 de reconstituição de processo referente a projeto;
- 1 de prorrogação de licença;
- 1 de retirada de requerimento;
- 3 de não realização de sessão;
- 2 de sessão comemorativa;
- 25 de transcrição de Documentos nos Anais;
- 27 de urgência;
- 1 de prorrogação do prazo de Comissão Mista;
- 2 de votos de pesar;
- 2 de destaque
- 1 de retirada de indicação;

COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO

Quanto ao pronunciamento sôbre nomes indicados para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência

K - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO QUANTO
AO PRONUNCIAMENTO SÔBRE NOMES INDICA
DOS PARA CARGOS CUJO PROVIMENTO DEPEN
DE DE SUA PRÉVIA AQUIESCÊNCIA

Em 31 casos teve o Senado ensejo de se pronunciar sôbre nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência no tocante aos titulares a serem nomeados.

Tratava-se de:

24 Chefes de Missões Diplomáticas

1 Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

1 Ministro do Supremo Tribunal Federal

1 Membro do Conselho Deliberativo da Casa da Moeda

2 Ministros do Superior Tribunal Militar.

1 Ministro do Supremo Tribunal Federal

1 Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

L - ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Os dados referentes à administração interna do Senado Federal encontram-se devidamente esclarecidos na Introdução dêste Relatório.

**O SENADO EM SUAS RELAÇÕES
COM OUTROS ÓRGÃOS**

M - O SENADO EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

M.1 - ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado:

- do Ministério da Marinha
- Capitão-de-Fragata Hercel Ahrens Teixeira
- do Ministério da Aeronáutica
- Tenente-Coronel Aviador Luiz Pedro Miranda da Costa
- do Ministério da Justiça
- Roberto Luiz Kannebley Battendieri
- da Presidência da República
- Fernando Silva
- do Ministério do Exército
- Tenente Coronel Alfredo Carlos Malan de Paiva Chaves
- do Ministério dos Transportes
- Professor Edson Alves
- do Ministério das Comunicações
- Alvaro Alberto de Araujo Sampaio
- do Ministério do Interior
- Orion Neves e Antonio Augusto de Almeida Junior
- do Ministério Público do Distrito Federal
- Aristarte Gonçalves Leite
- do Estado-Maior das Forças Armadas
- Capitão-de-Corveta Isaac Benchimol
- do Governo do Distrito Federal
- Celso Machado, Alfredo Felipe da Luz Sobrinho e Moacyr Campos Valladares

M.2 - JORNALISTAS CREDENCIADOS:

Funcionou a Bancada de Imprensa com a seguinte composição:

Fábio Mendes
Fernando Lara Rezende
Francisco Nogueira Saraiva
Flávio de Almeida Salles Junior
Wilson Queiroz Garcia
Manoel Pompeu Filho
Marcos de Faria
Ary Cícero de Moraes Ribeiro
Francisco Estivallet Finamor
Edison Lobão
Maria Nilza da Silva Portocarrero
Roberto Macedo Siqueira
Octacílio Lopes
Luiz Einar Neri Solano

ASSUNTOS PERTINENTES AOS SENADORES

PARTICIPAÇÃO NOS TRABALHOS DA CASA

N. - ASSUNTOS PERTINENTES AOS SENADORES

N.1 - PARTICIPAÇÃO NOS TRABALHOS DA CASA

É grato à Presidência registrar a participação que deram aos trabalhos da Casa os seus componentes:

	<u>PROJETOS</u>		<u>DIRCURSOS</u>	<u>PARECERES</u>	<u>REQUERI MENTOS</u>
	<u>Lei</u>	<u>Res.</u>			
ADALBERTO SENNA	1	-	5	10	4
ADOLPHO FRANCO	-	-	1	13	1
ANTÔNIO BALBINO	-	1	-	10	2
ANTÔNIO CARLOS	-	-	10	46	2
ANTÔNIO FERNANDES	-	-	5	4	2
ARGEMIRO DE FIGUEIREDO	-	-	6	3	-
ARNON DE MELO	-	4	10	14	-
ATTÍLIO FONTANA	-	-	14	12	-
AURÉLIO VIANNA	5	-	19	7	9
BENEDITO VALLADARES	-	-	-	-	-
BEZERRA NETO	7	3	18	52	1
CARLOS LINDENBERG	1	3	9	64	3
CARVALHO PINTO	-	1	6	5	3
CATTETE PINHEIRO	2	-	11	39	7
CELSO RAMOS	-	-	-	6	-
CLODOMIR MILLET	-	1	7	48	-
DANIEL KRIEGER	-	-	1	-	-
DINARTE MARIZ	-	-	8	12	3
DOMÍCIO GONDIN	-	-	2	-	-
DUARTE FILHO	-	-	4	22	-
EDMUNDO LEVY	-	-	15	4	-
EURICO REZENDE	-	2	12	20	8
FERNANDO CORRÊA	-	-	1	8	7
FILINTO MULLER	-	2	6	17	16
FLÁVIO BRITO	-	-	18	9	6
GILBERTO MARINHO	1	-	21	2	3
GUIDO MONDIN	1	1	14	32	66
JOÃO CLEOFAS	-	-	-	2	-
JOSAPHAT MARINHO	2	-	12	10	2
JOSÉ ERMÍRIO	1	-	18	11	1
JOSÉ FELICIANO	-	-	-	-	-
JOSÉ GUIOMARD	-	-	2	3	1
JOSÉ LEITE	-	-	2	45	-

	<u>PROJETOS</u>	<u>DISCURSOS</u>	<u>PARECERES</u>	<u>REQUERI MENTOS</u>
JÚLIO LEITE	-	8	24	-
LEANDRO MACIEL	-	3	1	2
LINO DE MATTOS	7	32	-	11
LOBÃO DA SILVEIRA	-	-	-	1
MANOEL VILAÇA	-	2	-	2
MELLO BRAGA	-	1	18	4
MEM DE SÁ	-	7	32	3
MENEZES PIMENTEL	-	-	-	1
MILTON CAMPOS	-	1	-	3
MILTON TRINDADE	-	1	11	-
MOURA ANDRADE	-	-	1	3
NEY BRAGA	-	2	15	3
NOGUEIRA DA GAMA	-	1	23	4
OSCAR PASSOS	-	1	-	-
PAULO TÔRRES	-	3	3	20
PESSOA DE QUEIROZ	-	-	13	1
PETRÔNIO PORTELLA	-	3	5	12
RAUL GIUBERTI	-	1	14	31
RUY CARNEIRO	1	-	7	5
SEBASTIÃO ARCHER	-	1	-	-
SEGEFREDO PACHECO	-	2	-	5
TEOTÔNIO VILELA	-	2	-	-
VASCONCELOS TÔRRES	10	-	34	9
VICTORINO FREIRE	1	-	11	9
WALDEMAR ALCÂNTARA	-	5	12	8
WILSON GONÇALVES	-	2	2	1
JOSÉ CÂNDIDO	-	-	3	1

III—O CONGRESSO NACIONAL

NO TRABALHO EM CONJUNTO
DE SUAS CASAS E NO
DESEMPENHO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS

SESSÕES CONJUNTAS

0 - SESSÕES CONJUNTAS

Realizaram-se 55 sessões conjuntas, sendo:

- 31 para deliberação sôbre Projetos de Lei encaminhados pelo Presidente da República;
- 6 para deliberar sôbre projetos de Decretos Legislativos referentes a Decretos-Leis;
- 9 para deliberar sôbre vetos presidenciais;
- 1 para deliberar sôbre a Proposta Orçamentária;
- 1 para delibear sôbre o Regimento Comum.

- 4 Solenes

PROPOSIÇÃO COM TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO

Projetos de Lei de iniciativa do Presidente
da República

Projetos de Resolução do Congresso Nacional
Projetos de Decreto Legislativo

Projeto de Lei Orçamentária

P - PROPOSIÇÕES COM TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO

P.1 a) PROJETOS DE LEI DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

<u>Nº</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
1/70 (CN)	Acrescenta parágrafo único ao artigo 15 da Lei nº 4 822, de 29 de outubro de 1965, que estabelece princípios, condições e critérios básicos para as promoções dos Oficiais de Marinha	Aprovado
2/70 (CN)	Estabelece normas para a realização de eleições em 1970, e dá outras providências.	Aprovado Substit.
3/70 (CN)	Dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Aprovado Substit.
4/70 (CN)	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Sociedade de Economia Mista - ARSA - Aeroportos do Rio de Janeiro S.A. e dá outras providências.	Aprovado
5/70 (CN)	Concede isenção de multa para o registro de nascimento.	Prejudicado
6/70 (CN)	Autoriza a utilização de chancela mecânica para autenticação de ações e debêntures das sociedades anônimas de capital aberto.	Aprovado Substit.
* 7/70 (CN)	Institui o Programa de Integração Social e dá outras providências.	Aprovado Substit.

P.1 b) -PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DE INICIATIVA DO INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

1/70 (CN)	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1 063, de 21 de outubro de 1969.	Aprovado Substit.
2/70 (CN)	Concede isenção de impostos federais, estaduais e municipais à Caixa Econômica Federal -CEF.	Aprovado.

* Este projeto teve tramitação de Lei Complementar, em virtude da Mensagem Presidencial nº 15/70 (CN) - nº 263/70, na origem.

P.2 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

- REGIMENTO COMUM

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, premente se tornou a reforma do Regimento Comum, uma vez que o existente não se coadunava com os dispositivos constitucionais vigentes

Na presente sessão legislativa, o Congresso Nacional teve o ensejo de elaborar um novo Regimento Comum extinguindo as normas que não mais condiziam com a realidade atual, e criando novos dispositivos que melhor regulassem os trabalhos das sessões conjuntas das duas Casas do Legislativo.

O texto do novo Regimento Comum, apresentado pelo Projeto de Resolução nº 1, de 1970 (CN), de autoria da Comissão Diretora do Senado, entrou em vigor, uma vez promulgada a Resolução nº 1, de 1970 (CN), em 12 de agosto do corrente ano.

Dentre as principais normas introduzidas no Regimento Comum, destacam-se as referentes:

- a) à tramitação de Projeto de Lei Orçamentária da União;
- b) à apreciação de Decretos-leis expedidos pelo Presidente da República;
- c) à apreciação das impugnações do Tribunal de Contas da União;
- d) à votação das matérias vetadas; e
- e) à delegação legislativa ao Presidente da República ou a Comissão Mista Especial.

Sendo que a Resolução do Regimento Comum só entrou em vigor a 12 de agosto, os Projetos de Decreto-Legislativo referentes a Decretos-leis figurarão, no presente Relatório, tanto na parte referente ao Senado Federal, quanto na referente ao Congresso Nacional.

P.3 - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

<u>AUTOR</u>	<u>PROJETO Nº</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>
Poder Executivo	8/70 (CN)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1971.	Aprovado A sanção

P.4 PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO
DO CONGRESSO NACIONAL

Na Sessão Legislativa Ordinária de 31-3 a 30-11-70.

<u>MENSAGEM Nº</u>	<u>PROJETO Nº</u>	<u>EMENTA</u>	<u>RESULTADO</u>	
<u>CN</u>	<u>ORIGEM</u>			
9/70	235/70	1/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1117 de 10 de agosto de 1970. - Que concede isenção de imposto às máquinas e implementos agrícolas e dá outras providências.	DECRETO LEGISLATIVO nº 49/70
10/70	236/70	2/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1118 de 10 de agosto de 1970. - Dispõe sobre medidas fiscais de estímulo à exportação e dá outras providências.	DECRETO LEGISLATIVO nº 56/70
11/70	246/70	3/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1119 de 11 de agosto de 1970. - Isenta do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados os aparelhos tipo "Pacemaker".	DECRETO LEGISLATIVO nº 63/70
12/70		4/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1120 de 14 de agosto de 1970. - Autoriza o Ministro dos Transportes a tomar as providências necessárias a regularização de débitos da União para com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.	DECRETO LEGISLATIVO nº 62/70
17/70	221/70	5/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1121 de 31 de agosto de 1970. - Dispõe sobre os vencimentos básicos dos cargos de direção das Universidades Federais, das Unidades Universitárias e de Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, mantidos pela União.	DECRETO LEGISLATIVO nº 60/70

MENSAGEM Nº		PROJETO Nº	EMENTA	RESULTADO
CN	ORIGEM			
18/70	273/70	6/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1122 de 1º de setembro de 1970. - Concede isenção dos impostos incidentes sobre bens importados pela Companhia Vale do Rio Doce.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 61/70
19/70	271/70	7/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1123 de 3 de setembro de 1970. - Altera dispositivos do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, relativamente a bagagem de passageiros procedentes do exterior e revoga os Decretos-leis nºs 416, de 10-1-69 e 850, de 10-9-69.	DECRETO LEGISLATIVO nº 64/70
20/70	275/70	8/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1124 de 8 de setembro de 1970. - Permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 71 a 1973, inclusive.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 65/70
21/70	317/70	9/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1125 de 17 de setembro de 1970. - Fixa recursos para a implantação do Programa de Integração Social.	DECRETO LEGISLATIVO nº 66/70
22/70	327/70	10/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1126, de 2 de outubro de 1970. - Fixa os vencimentos básicos do pessoal docente do ensino médio federal, e dá outras providências.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/70
23/70	358/70	11/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1127, de 12 de outubro de 1970. Autoriza a instituição de regime especial de trabalho e de retribuição para servidores civis do Poder Executivo destacados para o desempenho de atividades compreendidas na primeira etapa do programa de Integração Nacional.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 72/70
24/70	360/70	12/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1128, de 13 de outubro de 1970 - que autoriza o parcelamento de débitos decorrentes dos lançamentos do Imposto Territorial Rural e das contribuições devidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dá outras providências.	DECRETO LEGISLATIVO Nº 73/70

MENSAGEM Nº		PROJETO Nº	EMENTA	RESULTADO
<u>CN</u>	<u>ORIGEM</u>			
25/70	361/70	13/70	Aprova o texto do Decreto lei nº 1 129, de 13 de outubro de 1970 - Altera o § 1º do art. 74 da Lei nº 3 807, de 26 de agosto de 1960.	DECRETO LEGISLATIVO Nº. 74/70
26/70	367/70	14/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1 130, de 19 de outubro de 1970 - Altera a estrutura do Grupo Ocupacional CT-100- Aeroaviário, do Serviço Público Federal, e dá outras providências.	DECRETO LEGISLATIVO Nº. 75/70
27/70	371/70	15/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1 131, de 30 de outubro de 1970 - Declara de interesse da Segurança Nacional os Municípios de Marabá, Altamira, no Estado do Pará, e dá outras providências.	
28/70	411/70	16/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1 132, de 13 de novembro de 1970 - Prorroga o prazo de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 46, de 18 de novembro de .. 1966.	
29/70	412/70	17/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1 133, de 16 de novembro de 1970 - Altera a legislação sobre produtos industrializados e dá outras providências.	
30/70	413/70	18/70	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1 134, de 16 de novembro de 1970 - Altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.	

COMISSÕES MISTAS

0 - COMISSÕES MISTAS

0.1 - CONSTITUÍDAS NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

Nesta Sessão Legislativa foram constituídas 37 Comissões mistas, sendo:

- 8 Para emitir parecer sobre Projetos de Lei de iniciativa do Presidente da República, estudados em conjunto pelo Congresso Nacional;
- 9 para relatar vetos presidenciais;
- 18 para emitir parecer sobre Projetos de Decreto Legislativo referente a Decretos-leis;
- 1 para emitir parecer sobre Projeto de Resolução do Congresso Nacional;
- 1 para emitir parecer sobre Projeto de Lei Orçamentária;

0.2 - DESIGNADAS EM SESSÕES ANTERIORES E QUE DESEMPENHARAM SUAS FUNÇÕES NESTA SESSÃO LEGISLATIVA

- 1 para examinar a legislação cafeeira, a estrutura do Instituto Brasileiro do Café e dar outras providências (Relatório publicado no Suplemento do Diário do Congresso Nacional (Seção II), de 26.9.70).

IV — PALAVRAS FINAIS

IV - PALAVRAS FINAIS

Através das informações e dados oferecidos pelo presente Relatório à consideração dos Senhores Senadores, pode bem ter-se uma idéia relativa aos trabalhos levados a cabo pelo Congresso Nacional e, em particular, pelo Senado, nesta sessão legislativa.

Não apenas nas Comissões técnicas, senão também no Plenário, grande foi a atividade desenvolvida, mercê das numerosas proposições trazidas ao exame desta Casa por imposição constitucional ou em razão da iniciativa de cada um dos Senhores Senadores. Pareceres judiciosos, estudos e pronunciamentos sôbre variados assuntos, mostraram, de maneira eloqüente e insofismável, o desempenho cabal, e por todos os motivos elogiável, de quantos se entregaram a essa tarefa marcadamente patriótica de bem servir ao Brasil.

Soubê, assim, o Senado, como a Câmara dos Senhores Deputados, atender aos anseios democráticos de toda a Nação, reafirmando-se, cada vez mais, no conceito de todos e realizando, à plenitude, sua destinação histórica.

Grande e penosa foi a tarefa; mas, em contra partida, não menor é a satisfação do dever cumprido.